

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

**LUCIANE CERETTA**

**O Impacto econômico, social e cultural: análise dos critérios de avaliação da  
CAPES e o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do  
IPHAN (PEP-IPHAN)**

**PORTO ALEGRE**

**2022**

**LUCIANE CERETTA**

**O Impacto econômico, social e cultural: análise dos critérios de avaliação da CAPES e o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN (PEP-IPHAN)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Junior.

**PORTO ALEGRE**

**2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Prof. Dr. Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitora: Profa. Dra. Patrícia Helena Lucas Pranke

**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora: Profa. Dra. Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice Diretora: Profa. Dra. Vera Regina Schmitt

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe: Profa. Dra. Rita do Carmo Ferreira Laipelt

Chefe Substituto: Profa. Dra. Samile Andréa de Souza Vanz

**COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Coordenadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Dias

Coordenador Substituto: Profa. Dra. Helen Rose Flores de Flores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C414i Ceretta, Luciane

O Impacto econômico, social e cultural : análise dos critérios de avaliação da CAPES e o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN (PEP-IPHAN) / Luciane Ceretta. -- 2022. 91 f. : il.

Orientador: Rene Faustino Gabriel Junior.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Pós-graduação. 2. Avaliação. 3. CAPES. 4. Impacto econômico e social. 5. PEP. I. Gabriel Junior, Rene Faustino, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Osmar Weyh. CRB 10 - 000031/P

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705, Bairro Santana

Porto Alegre/RS – CEP 90035-007

Telefone: 51 3308 5067

E-mail: fabico@ufrgs.br

Luciane Ceretta

O Impacto econômico, social e cultural: análise dos critérios de avaliação da CAPES e o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN (PEP-IPHAN)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Junior (Orientador)  
UFRGS/FABICO/DCI

---

Profa. Dra. Samile Andréa de Souza Vanz (Examinadora)  
UFRGS/FABICO/DCI

---

Prof. Dr. Thiago Henrique B. Barros (Examinador)  
UFRGS/FABICO/DCI

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela oportunidade de viver e aprender. Agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pública e gratuita, pela possibilidade de cursar a graduação em Biblioteconomia. Agradeço em especial, ao meu orientador Renê pelos seus ensinamentos, incentivo e paciência durante a escrita do trabalho de conclusão de curso. Homenageando-o, agradeço também a todo o corpo docente do curso por compartilhar seus conhecimentos. Agradeço à Cyntia e Sheila, por me acolherem nos meus horários díspares. Aos amigos que a Fabico me deu, em especial ao Osmar, pelo auxílio e conversas neste último semestre. O meu muito obrigada a minha mãe, que na sua fé, rezou por mim. Aos amigos, colegas e familiares por entenderem as minhas ausências, os meus muitos não. Minha gratidão à Val, Daniel e Eduardo por me incentivarem desde o início desta jornada e serem meu suporte em muitos momentos. Agradeço à Lu, por estar sempre disponível para um café. Obrigada Rô e Remo, Zaava e Richard, pelos momentos de descontração e reenergização, junto dos pequenos Bruno e Moana. A todos que participaram e contribuíram direta e indiretamente para a minha formação, o meu muito obrigada.

## RESUMO

A avaliação de impacto na sociedade foi inserida pela primeira na CAPES para a quadrienal 2017-2020. Esta pesquisa tem como objetivo identificar as características de impacto econômico, social e cultural na avaliação dos programas de pós-graduação brasileiros, mais especificamente, parte-se de uma busca bibliográfica para melhor compreensão do arcabouço teórico desta perspectiva e identifica-se nos documentos de áreas, as tipologias e formas de avaliação desse critérios, com a construção de uma taxonomia, e com base nessa classificação, identificar no programa de pós-graduação do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, seus pontos fortes no quesito de impacto econômico, social e cultural. Por ser uma abordagem recente, ainda não há uma literatura sólida sobre o tema. Este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, de natureza básica e descritiva, com uso de técnicas de levantamento documental e bibliográfico. A pesquisa apontou ainda não haver consenso sobre a definição conceitual do termo impacto econômico e social relacionados à pós-graduação. Também mostrou que dentre as 49 áreas da avaliação da CAPES há diferentes graus de maturidade sobre o assunto. Considera-se que as questões discutidas neste trabalho contribuem na discussão do tema e que abrem possibilidades de novas pesquisas, principalmente na análise dos discursos qualificados e nas intervenções práticas dos programas de pós-graduação.

**Palavras-chave:** pós-graduação; avaliação; CAPES; impacto econômico e social; PEP-IPHAN

## ABSTRACT

The assessment of the impact on society was inserted for the first time in CAPES for the 2017-2020 period. The objective of this study was to identify the characteristics of economic, social and cultural impact in the evaluation of Brazilian graduate programs, more specifically, it starts with a bibliographic search for a better understanding of the theoretical framework of this perspective and identifies in the documents of areas, the typologies and forms of evaluation of these criteria, with the construction of a taxonomy, and based on this classification, identify in the postgraduate program of the Professional Master's Degree in Preservation of Cultural Heritage (PEP), of the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, its strengths in terms of economic, social and cultural impact. As it is a recent approach, there is still no solid literature on the subject. This study is characterized as qualitative research, of a basic and descriptive nature, using documental and bibliographic survey techniques. The research showed that there is still no consensus on the conceptual definition of the term economic and social impact related to graduate. It also showed that among the 49 areas of CAPES evaluation, there are different degrees of maturity on the subject. It is considered that this work contributes to the discussion of the theme and that it also opens up new possibilities for research, mainly in the analysis of qualified discourses and in the practical interventions of postgraduate programs.

**Keywords:** graduate; assessment; CAPES; economic and social impact; PEP-IPHAN.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Componentes do quesito impacto na sociedade	27
<b>Figura 2:</b> Impactos econômicos, sociais e culturais de um PPG	28



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Quesitos da Ficha de Avaliação da CAPES - Quadriênio 2017- 2020	22
<b>Quadro 2:</b> Quantitativo de itens recuperados nas bases de dados	38
<b>Quadro 3:</b> Quantitativo de itens selecionados	39
<b>Quadro 4:</b> Colégios, grandes áreas e áreas - avaliação CAPES	42

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
Brapci	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CA	Ciências Agrárias
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CB	Ciências Biológicas
CET	Ciências Exatas e da Terra
CH	Ciências Humanas
CS	Ciências da Saúde
CSA	Ciências Sociais Aplicadas
E	Engenharias
EF	Educação e Formação
GPP	Gestão de Políticas Públicas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAL	Linguística, Letras e Artes
M	Multidisciplinar
MEC	Ministério da Educação
MP	Mestrado Profissional
PEP	Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural
PPG	Programa de Pós-graduação
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SNPG	Sistema Nacional de Pós-graduação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
1.1 Problematização de Pesquisa	12
1.2 Objetivo geral	12
1.3 Objetivos específicos	12
1.4 Justificativa	13
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA</b>	<b>15</b>
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>19</b>
3.1 A avaliação dos Programas de Pós-Graduação pela CAPES	19
3.2 O quesito de impacto na sociedade na avaliação da CAPES	23
3.3 A dimensão de impacto econômico, social e cultural	27
3.3.1 Divulgação científica	29
3.3.2 Egressos	29
3.3.3 Nucleação	30
3.3.4 Educação e Formação (EF)	31
3.3.5 Inovação e empreendedorismo	31
3.3.6 Políticas e gestão pública	31
3.3.7 Desenvolvimento de produtos e processos	32
3.3.8 Projetos de extensão social	32
3.3.9 Inclusão social e ações afirmativas	33
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>35</b>
4.1 Tipologia da pesquisa	35
4.2 Técnicas de coleta de dados	37
4.3 Análise dos dados	40
<b>5 RESULTADOS E ANÁLISE</b>	<b>41</b>
5.1. As perspectivas de impacto econômico, social e cultural nas áreas de avaliação da CAPES	41
5.2 O impacto econômico, social e cultural nos relatórios do PEP	68
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>76</b>
<b>ANEXO A: Dados referentes ao item 3.2 submetidos à Capes pelo PEP</b>	<b>81</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A pós-graduação no Brasil é coordenada e avaliada pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No processo de avaliação são definidos quesitos e critérios que visam aferir a qualidade dos programas de pós-graduação (PPGs) sendo estes, ao fim do processo avaliativo, classificados com conceito de um a sete. O conceito três corresponde ao padrão mínimo para a permanência no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e os conceitos seis e sete correspondem aos Programas de padrão internacional.

O processo e os critérios de avaliação da CAPES regularmente passam por revisões e atualizações buscando o aprimoramento dos instrumentos da avaliação para garantir a excelência dos PPGs do país, sendo que cada área de avaliação define suas especificidades. Para a avaliação quadrienal de 2017 a 2020 foram incluídos alguns critérios de relevância social, mais especificamente o impacto que os PPG têm na sociedade, sendo incluído na ficha de avaliação um item 3, Impacto na Sociedade, desmembrando-se em três partes, a saber: impacto e caráter inovador na produção intelectual em função da natureza do programa; impacto econômico, social e cultural do programa; e internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa. Esse trabalho tem como foco, especificamente, o critério 3.2, o impacto econômico, social e cultural dos programas de pós-graduação na sociedade. Com a categorização dos critérios, buscou-se realizar uma análise do relatório enviado pelo Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do IPHAN.

Este trabalho é composto por seis capítulos. No primeiro há a introdução ao tema da pesquisa onde consta o objetivo geral, os objetivos específicos bem como a justificativa da realização da pesquisa. Posteriormente, há o referencial teórico no qual são apresentados os subsídios teóricos que irão nortear esta pesquisa. No terceiro capítulo contextualiza-se o local de estudo, seguido do capítulo quatro onde apresenta-se os procedimentos metodológicos da pesquisa. O quinto capítulo consta dos resultados e análise da pesquisa. Por fim, o sexto e último apresenta as considerações finais do estudo.

## **1.1 Problematização de Pesquisa**

A avaliação qualitativa e, mais especificamente, a avaliação dos impactos na sociedade de uma saída de pós-graduação, está sendo realizada pela primeira vez pela CAPES, que define as saídas como resultados (pessoas tituladas, artigos científicos, tecnologia/produtos e serviços) de um PPG. Ainda existe muitas dúvidas do que realmente é avaliado neste quesito e como são compreendidas as dimensões de impacto social, educacional, tecnológico, econômico, cultural, artístico e para a área da saúde pública, bem como quais os discursos qualificados e intervenções práticas realmente tem relevância para o programa e para a sociedade. Neste contexto, o problema de pesquisa se apresenta em como se caracterizar a perspectiva de impacto na sociedade na avaliação dos programas de pós-graduação, considerando o novo modelo de avaliação da CAPES.

## **1.2 Objetivo geral**

Caracterizar a perspectiva de impacto econômico, social e cultural na avaliação dos programas de pós-graduação da CAPES.

## **1.3 Objetivos específicos**

- a) Conceituar o impacto na sociedade da avaliação da CAPES;
- b) Analisar os critérios de avaliação relacionados às perspectivas de impacto econômico, social e cultural nas áreas de avaliação da CAPES;
- c) Analisar o impacto econômico, social e cultural nos relatórios do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quadriênio 2017-2020.

## 1.4 Justificativa

No Brasil, os programas de pós-graduação são avaliados pela CAPES com o objetivo de aferir a qualidade e garantir um padrão de excelência destes programas no país. Neste contexto, o processo de avaliação frequentemente passa por revisões buscando o aprimoramento dos instrumentos da avaliação. Como resultado da última atualização, para a avaliação quadrienal de 2017 a 2020, foi elaborada uma ficha com três quesitos a serem analisados: programa, formação e impacto na sociedade.

O quesito impacto na sociedade subdivide-se em: impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa; internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade e; impacto econômico, social, e cultural do programa. Este último é objeto de interesse desta pesquisa.

Justifica-se o presente estudo sobre a perspectiva de impacto na sociedade da avaliação institucional da CAPES, pois este suscita dúvidas e questionamento do que realmente causa e como efetivamente avaliar o impacto econômico, social e cultural gerado pelo conhecimento e pesquisa junto à sociedade. Acredita-se que este trabalho tem muito a contribuir para elucidar esses aspectos e suprir lacuna na literatura acerca do entendimento e definição do tema.

A realização desta pesquisa justifica-se também pelo desafio do aprendizado, de se lançar ao novo, e pelo aprimoramento na formação profissional, pois para a autora, a temática de avaliação de PPG e indicadores é um campo novo a ser explorado.

Outrossim, a seleção do estudo de caso relacionado ao IPHAN se dá pelo fato da autora ser servidora deste Instituto e em razão dos 10 anos do reconhecimento pela CAPES do PEP enquanto mestrado profissional. O PEP foi reconhecido pelo Ministério da Educação, por meio da Portaria MEC 978, de 26 de julho de 2012 e tem por objetivo a formação interdisciplinar de profissionais graduados em diversas áreas de conhecimento para atuarem na identificação e preservação do patrimônio cultural.

Entendendo que os indicadores de impacto econômico, social e cultural fornecem dados importantes para o planejamento, a organização, manutenção e gestão de um PPG, a análise dos dados da ficha de avaliação Capes do PEP-IPHAN pode contribuir para melhorias e qualidade do Mestrado.

Por fim, este trabalho também se justifica em razão do número pouco expressivo de estudos relacionados à área da Biblioteconomia no âmbito do IPHAN e pela carência de uma investigação aprofundada acerca do quesito impacto na sociedade, em especial do PEP.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Apresenta-se neste capítulo a contextualização do estudo de caso: o IPHAN e seu Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal criada pela Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937 e a qual compete a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do país mediante ações de proteção, fiscalização e difusão, estudo e pesquisa do patrimônio nacional.

Constitui-se patrimônio cultural, conforme o art. 216 da Constituição Federal:

[...]os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:  
I - as formas de expressão;  
II - os modos de criar, fazer e viver;  
III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;  
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;  
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1989).

A atuação do IPHAN no campo do patrimônio se dá de maneira interdisciplinar por meio da elaboração de políticas e instrumentos de identificação, reconhecimento, proteção, salvaguarda e normatização do patrimônio cultural brasileiro, programas de fomento, formação e capacitação dos servidores e cidadãos. Sua missão é "promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro, para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país." (IPHAN, 2014).

O IPHAN é formado pela sede em Brasília/DF, 27 Superintendências (uma em cada unidade da federação e no Distrito Federal), 37 Escritórios Técnicos e 06 Unidades Especiais: Centro Lucio Costa, Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx, Centro Cultural do Patrimônio - Paço Imperial, Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular, Centro de Documentação do Patrimônio e o Centro Nacional de Arqueologia. (IPHAN, 2021).

O Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN (PEP), atualmente, faz parte da estrutura organizacional da Escola do Patrimônio



Centro Lucio Costa e é uma pós-graduação ofertada pelo IPHAN, cujo programa é Preservação do Patrimônio Cultural.

O mestrado profissional (MP) é uma modalidade de pós-graduação *stricto sensu* voltada para a capacitação de profissionais nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho. Tem como objetivo contribuir com o setor produtivo nacional no sentido de agregar um maior nível de produtividade a organizações públicas ou privadas (CAPES, 2017). Para Santos Júnior (2019, p.52) os MPs "podem ser uma importante via para a transferência de conhecimento científico para o mercado, para o setor público e até para os movimentos sociais."

A CAPES, por meio da Portaria Normativa 389, de 23 de março de 2017 do MEC, tem a competência para avaliar e acompanhar os programas de mestrado e doutorado profissional. À vista disso, os MPs também passam pela avaliação quadrienal de desempenho, podendo ter o peso de seus quesitos alterados conforme definição dos seus comitês de avaliação. O PEP está vinculado ao Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, na grande área Multidisciplinar, área Interdisciplinar.

O Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN decorre da experiência positiva do Programa de Especialização em Patrimônio que implantado no ano de 2004 contava com a cooperação técnica da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Recomendado pela CAPES em 2010, o PEP foi aprovado enquanto o Mestrado Profissional na reunião 124<sup>o</sup> do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior realizada entre 28 de fevereiro e 1<sup>o</sup> de março de 2011. O curso é reconhecido pelo Ministério da Educação, por meio da Portaria MEC 978, de 26 de julho de 2012.

O PEP tem por objetivo a formação interdisciplinar de profissionais graduados em diversas áreas de conhecimento para atuarem na identificação e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

O objetivo do Programa é possibilitar a imersão do mestrando nas práticas de preservação do patrimônio cultural e, a partir do conhecimento aplicado, reflexivo e analítico, capacitar o aluno para o desenvolvimento de trabalhos que atendam às necessidades práticas e teóricas do campo da preservação do patrimônio cultural no Brasil. Com caráter interdisciplinar, pretende oferecer ao mestrando uma formação ampla que enfatiza aspectos sociais, históricos, jurídicos e tecnológicos aplicados ao campo da preservação do patrimônio cultural, possibilitando a análise crítica de diversas práticas de gerenciamento de instrumentos e de políticas de preservação do patrimônio cultural. (IPHAN, c2021)

O MP do IPHAN tem como área de concentração a Preservação do Patrimônio Cultural e Interdisciplinaridade e as linhas de pesquisa "Patrimônio Cultural: história, política e sociedade", que engloba os estudos referentes ao pensamento social, histórico e político da preservação do patrimônio cultural, e "Patrimônio Cultural: instrumentos, informação e desenvolvimento", que abrange a análise crítica de técnicas, metodologias, modelos constitutivos dos sistemas de gestão do patrimônio cultural e da compreensão do arcabouço legal, institucional e instrumental de preservação deste patrimônio.

Multidisciplinar e disperso geograficamente, o PEP abrange todos os Estados brasileiros além da sede em Brasília. São 27 superintendências estaduais, 37 escritórios técnicos e 6 unidades especiais que podem oferecer vagas para alunos-bolsistas. Essas vagas são preenchidas por meio de processo seletivo, segundo edital lançado anualmente. Podem se candidatar às vagas todos cidadãos brasileiros que atendam às especificações exigidas no edital do concurso, há ainda vagas destinadas a servidores do IPHAN (desde 2012) e de outras instituições públicas (a partir de 2018).

Para viabilizar o modelo de formação descentralizado, os alunos externos ao IPHAN, recebem bolsas de estudo ao longo de dois anos, auxílio-pesquisa (para custear pesquisa de campo, participação em eventos e aquisição de material bibliográfico), auxílio-dissertação (para impressão e encadernação da dissertação para depósito final) e, auxílio-módulos de aula (para custos de estadia e deslocamento dos alunos nos períodos das aulas no Rio de Janeiro, sede do MP), conforme informações constantes no documento Proposta do Programa, disponível na plataforma Sucupira da CAPES.

Os alunos servidores do IPHAN recebem os mesmos auxílios (pesquisa, dissertação e módulos de aula). Já os servidores e empregados públicos de outras instituições tem seus gastos custeados pelas instituições de origem e/ou por recursos particulares próprios.

O PEP possui 24 meses de duração e possui sua estrutura curricular organizada em três modalidades de ensino, sendo elas: práticas supervisionadas (18 meses/30horas semanais), conteúdos teóricos-metodológicos (3 meses/1 para cada módulo de aulas) e desenvolvimento da dissertação (3 meses).

A associação de atividades práticas profissionais ao aprendizado teórico-metodológico e à pesquisa é uma especificidade do PEP. Neste contexto, os alunos realizam atividades de preservação cultural nas unidades do IPHAN ou em outras instituições cujos servidores participam do Mestrado. Os discentes contam com a supervisão de técnicos da unidade, que acompanham as práticas profissionais que são sistematizadas nas disciplinas Práticas Supervisionadas I, II e III e resultam em produtos que são avaliados pelos docentes responsáveis pelas disciplinas.

Os conteúdos teóricos-metodológicos são desenvolvidos em 03 módulos de aula que acontecem na sede do PEP, na cidade do Rio de Janeiro onde os alunos de reúnem. As disciplinas são ministradas por corpo docente do IPHAN e colabores externos, com experiência na área de preservação do patrimônio cultural.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentados os fundamentos teóricos da pesquisa. Primeiramente busca-se uma breve contextualização acerca da avaliação dos PPGs pela CAPES, seguido de uma análise do quesito de impacto na sociedade atribuído na avaliação quadrienal 2017-2020, com destaque para as dimensões econômica, social e cultural de impacto dos PPGs.

#### 3.1 A avaliação dos Programas de Pós-Graduação pela CAPES

A CAPES, que coordena o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), é a responsável pela avaliação dos PPGs, com o propósito de avaliar a qualidade dos programas e se estes estão cumprindo seu compromisso junto à sociedade, de construir soluções para problemas relevantes e do cotidiano dela. Sendo as universidades os responsáveis pela formação acadêmica e profissional, bem como a produção de conhecimentos qualificados para responder as demandas sociais.

Para Maccari, et al. (2014), nas últimas décadas, o monitoramento do desempenho de instituições de ensino superior (IES), por meio de sistemas de avaliação tornou-se uma importante ferramenta para o desenvolvimento e o aprimoramento dos sistemas educacionais dos países.

Um marco importante em sua evolução ocorreu no final da década de 1990, quando houve sua informatização e a adoção de critérios mais rígidos para atribuição de notas aos programas. Desde então, o sistema vem mantendo-se estável, com avanços incrementais em seus quesitos e itens de avaliação. (MACCARI et al., 2014, p. 371).

Acompanhando o histórico do processo avaliativo da CAPES, é notório que a Coordenação vem desenvolvendo e aprimorando o SNPG desde 1976, na busca do desenvolvimento da educação e da pesquisa científica e tecnológica no Brasil. Para tanto, os quesitos e critérios de avaliação elaborados pela CAPES para aferir a qualidade dos PPGs do país, frequentemente passam por revisões e atualizações.

A busca pelo aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação e consequentemente do SNPG, vem ao encontro da percepção de Santos (2021), o qual afirma que um programa que deseja ser de excelência, precisa inovar e acompanhar o que ocorre no mundo.

O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) do Brasil é coordenado pela CAPES que tem os seguintes objetivos, conforme Portaria 122, de 5 de agosto de 2021, que consolida os parâmetros e os procedimentos gerais da Avaliação Quadrienal de Permanência da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil:

- I - retratar a situação da pós-graduação brasileira no quadriênio;
- II - aferir o desempenho dos programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- III - zelar pela qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- IV - avaliar a formação de mestres e doutores realizada pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* no país;
- V - analisar a classificação da produção intelectual dos programas e o seu impacto social, econômico e cultural; e
- VI - contribuir para a evolução e melhoria da pós-graduação brasileira reconhecendo os diferentes estágios de desenvolvimento das diversas áreas do conhecimento e as assimetrias regionais dos programas. (CAPES, 2021)

De acordo com Maccari (2008), o sistema de avaliação da pós-graduação brasileira é o mesmo para todas as áreas, mas os comitês de avaliação têm autonomia para mudar o peso dos quesitos, para mais ou para menos, em 5%. A avaliação é realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores *ad hoc* e é dividida em dois processos, um relacionado aos novos cursos e outro para a avaliação e permanência dos cursos já existentes de mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado no SNPG, sendo que para manter o doutorado a nota do curso tem de ser igual ou maior que 4.

No que diz respeito ao ingresso de novos cursos no SNPG é avaliada a qualidade das propostas desses cursos e se estes estão de acordo com o padrão de qualidade requerido. Se aprovado, o curso é recomendado pela CAPES, que encaminha a proposta de novo curso ao MEC para reconhecimento. Já no âmbito dos cursos existentes, no final desse processo de avaliação, os PPGs são classificados com um conceito de um a sete onde o conceito três corresponde ao padrão mínimo para a permanência no SNPG.

A avaliação é realizada em 49 áreas e os processos e resultados da avaliação, hoje quadrienal, levam por referência as Fichas de Avaliação, os Relatórios de Avaliação e os Documentos de Área, documentos disponíveis do sítio eletrônico da CAPES na plataforma Sucupira.

A avaliação dos PPGs no Brasil foi implantada em 1976 no âmbito da CAPES, inicialmente era feita anualmente e os programas eram avaliados numa escala de cinco conceitos (A a E), sendo A o conceito mais alto. Posteriormente, modificou-se a periodicidade para bienal e em 1998 a avaliação passou a ser trienal. Neste ano também se alterou o modelo de avaliação, que passou a usar conceitos/notas de um a sete onde o conceito três corresponde ao padrão mínimo para a permanência no SNPG e os seis e sete correspondem aos programas de padrão internacional.

Santos Júnior (2019) discorre que embora não exista uma única definição para “avaliação” ela pode ser compreendida como análise sistemática que objetiva determinar o mérito, o valor ou a utilidade de uma operação e/ou dos resultados de uma política ou de um programa. Para o autor, a avaliação de um PPG visa ao aperfeiçoamento do programa, contribuir para a tomada de decisão agindo como um instrumento de gestão bem como, instrumentalizar a análise do desempenho destes programas para estabelecer parâmetros à prestação de contas da burocracia e dos governantes.

Corroborando a importância da avaliação dos PPGs, Gheno (2019, p. 185) traz que “o monitoramento e avaliação da ciência se tornaram práticas recorrentes no mundo inteiro a partir dos anos de 1960”, processo esse favorecido em razão do número cada vez maior de cientistas e dos escassos recursos destinados à pesquisa.

Logo, a avaliação é fundamental para investigar se os PPGs estão cumprindo seus propósitos, para a justa destinação de recursos escassos e para conferir se os investimentos estão dando retorno à sociedade. Para Santos (2021) o resultado da avaliação brasileira tem consequências na vida cotidiana dos programas de pós-graduação, pois determina a reputação do programa perante a comunidade e influencia o financiamento dos cursos das IES.

Segundo relatório do Grupo de Trabalho - Ficha de Avaliação da CAPES, em 1998 foi elaborada e incorporada ao processo de avaliação uma ficha única padronizada composta de sete quesitos:

- a) Proposta do Programa;
- b) Corpo Docente;
- c) Atividades de Pesquisa;
- d) Atividades de Formação;
- e) Corpo Discente;
- f) Teses e Dissertações;

- g) Produção Intelectual. Dentro desses 7 quesitos constavam 28 itens, com a possibilidade de inclusão de itens específicos pelas áreas. Esta ficha foi utilizada nas avaliações trienais de 2001 e 2004. (CAPES, 2019a.)

Após a avaliação trienal de 2004 a ficha de avaliação foi reformulada e uma nova ficha foi criada, esta utilizada na avaliação trienal 2004-2006 realizada em 2007. A Ficha passou a ser composta de cinco quesitos:

Os setes quesitos da ficha anterior foram agrupados em 4 quesitos: 1- Proposta do Programa, 2- Corpo Docente, 3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações, 4 – Produção Intelectual. Um novo quesito, 5- Inserção social, foi incorporado ao sistema de avaliação." (CAPES, 2019a, p.8).

Esse modelo de ficha foi aplicado nas avaliações trienais realizadas em 2010 e 2013 e na avaliação quadrienal 2017. A partir de 2013 a avaliação tornou-se quadrienal.

Para a avaliação quadrienal referente ao período 2017-2020, a avaliação "foi redimensionada de cinco para apenas três dimensões (CARVALHO; STAMPA; SANTANA, 2020, p. 420-421), a saber: Programa; Formação; e Impacto na sociedade.

Essas dimensões são apresentadas no desdobramento no Quadro 1.

**Quadro 1:** Quesitos da Ficha de Avaliação da CAPES - Quadriênio 2017- 2020

1 Programa
1.1 Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível em relação aos objetivos, missão e modalidade do programa.
1.2 Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à proposta do programa.
1.3 Planejamento estratégico do programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção intelectual – bibliográfica, técnica e/ou artística.
1.4 Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção intelectual.
2 Formação
2.1 Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às

áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa.
2.2 Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos.
2.3 Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida.
2.4 Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no programa.
2.5 Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no programa.
<b>3 Impacto na sociedade</b>
3.1 Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa.
3.2 Impacto econômico, social e cultural do programa
3.3 Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa.

Fonte: CAPES (2019a)

Pensando no próximo ciclo de avaliação, quadriênio 2021-2024, a Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 apresentou, em 2020, um novo modelo de avaliação com cinco dimensões a serem consideradas: “Formação de pessoal”; “Pesquisa”; “Inovação e transferência de conhecimento”; “Impacto na sociedade”; e “Internacionalização”. Este modelo está sendo chamado de multidimensional. A expectativa, segundo os autores Smanio e Ramos (2021) e Shigunov Neto; Trevisol e Almeida (2021) é que será possível avaliar os respectivos e diferentes desempenhos em cada uma dessas dimensões, reconhecendo, assim, a diversidade e a qualidade dos PPGs nas cinco dimensões avaliadas.

### **3.2 O quesito de impacto na sociedade na avaliação da CAPES**

Partindo da premissa que os PPGs produzem pesquisas com o intuito de gerar conhecimento, serviços, produtos e/ou tecnologia que impactem de maneira expressiva a comunidade acadêmica e a sociedade, se faz necessária a análise de indicadores/qualificadores que indiquem se esta finalidade está sendo alcançada.



Destaca-se que no contexto deste trabalho, o entendimento do impacto na sociedade causado por saídas de um PPG, poderá ser chamado de inserção social ou impacto na sociedade, em decorrência das mudanças de nomenclatura ocorridas no processo de avaliação desde 2007, quando o quesito "inserção social" foi descrito e avaliado pela primeira vez. Já na avaliação quadrienal 2017-2020 a inserção social passou a ser avaliada a partir do seu impacto, sendo um critério dentro do quesito "impacto na sociedade". Contudo, evidencia-se que "impacto" significa mudança, efeito, benefício percebido pelo indivíduo ou coletividade e não é, necessariamente, sinônimo de inserção social.

Autores como Smanio e Ramos (2021) discorrem que, no Brasil, a perspectiva de formação de pessoal qualificado para contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, social e econômico do país é recente e que por muitos anos, o objetivo da pós-graduação brasileira era fundamentalmente a formação de docentes e pesquisadores para o sistema acadêmico nacional.

Essa nova acepção, naturalmente suscita dúvidas e questionamentos sobre como reconhecer e avaliar seus indicadores de desempenho. Vogel (2015) expõe que não há unanimidade em relação aos critérios de avaliação adotados pelo Sistema Nacional de Pós-graduação brasileiro. O autor afirma que muitos aspectos da avaliação são objeto de discussão e críticas constantes em eventos da área.

Wood Jr. et al. (2016) indicam que o marco inicial para reflexões sobre a questão do impacto social do conhecimento se deu a partir do relatório "*Science, the Endless Frontier*" onde se estabeleceu o princípio segundo o qual a ciência deve responder às necessidades da população. Os autores alertam para a dificuldade de avaliar e mensurar o impacto social do conhecimento gerado por instituições de ensino e pesquisa:

Até o momento, apesar de diversos estudos e avaliações terem sido realizados, parece não ter sido consolidada uma metodologia. [...] Isso decorre, entre outros fatores, da alta complexidade da tarefa, fruto da diversidade dos sistemas de ensino e pesquisa, das diferenças entre campos científicos (entendidos como áreas de conhecimento e espaços de interação social) e de dificuldades associadas à própria operacionalização da medição [...]. (WOOD JR. et al., 2016, p.23)

Para Montesi e Villaseñor Rodríguez (2018) a própria definição do conceito seria um problema quando se fala em impacto social da ciência e investigação. Tanaka (2021), Ferraço e Farias (2021) e CAPES (2019b) partilham da mesma opinião, que a tarefa de avaliar o impacto do conhecimento gerado por meio dos

trabalhos de pesquisa, ainda não tem um consenso quanto ao seu conceito, metodologias e indicadores para medição de impacto na sociedade. Para Santos (2021), o maior desafio da avaliação se apresenta no quesito “Impacto na sociedade”.

Boufleuer (2009) ressalta que não há uma definição sobre o que é considerado inserção social no documento da CAPES do ano de 2007. Para Ferraço e Farias (2021) é necessária a identificação de descritores que possam objetivar quantitativa e qualitativamente as ações de inserção social para que seus impactos sejam devidamente avaliados.

A CAPES, ao relatar ainda não haver consenso acerca da definição para o termo impacto atribuído ao resultado de uma pesquisa, considera impacto, de modo geral, como "as consequências de ações capazes de afetar indivíduos ou coletividades" (CAPES, 2019b, p.10). Em seu relatório, a CAPES (2019b) teoriza que impacto é o efeito ou benefício percebido pela sociedade, derivado dos produtos desenvolvidos no âmbito de um PPG, ou seja, o impacto indica a dimensão que uma saída da pós-graduação pode gerar em termos de efeitos positivos para uma coletividade quando a solução estiver disponível para uso.

Já Lima & Wood (2014) apontam que o impacto social é fundamentado pela ideia de apropriação e utilização do conhecimento pela sociedade. Nesta linha de reflexão, Bangani (2018) afirma que "o impacto social é a influência positiva que a pesquisa tem no conhecimento, compreensão, vida, atitudes e comportamentos de uma comunidade" (BANGANI, 2018, p. 133, tradução nossa).

Amaral (2018), descreve que os impactos estão relacionados às metas dos programas e que as ações e produtos de um PPG devem gerar transformações que beneficiem a sociedade. Os autores Silva, Nozabielli e Rodrigues (2020, p. 429) reforçam essas colocações ao afirmarem que "A inserção social expressa o modo como a pós-graduação articula o seu 'fazer' com as necessidades sociais, se compromete e se comunica com a sociedade [...] sua contribuição na melhoria não só da 'ciência', mas do 'país'".

Assim, para que um PPG possa gerar impacto na sociedade ele precisa resultar em benefícios (ganhos reais) percebidos pelo público interessado, ou seja, a saída da pós-graduação necessita satisfazer duas condições de forma simultânea, “deve ser percebida como algo relevante e solucionar problemas econômicos, sociais, ambientais, culturais, tecnológicos, dentre outros; e apresentar resultados, sob a

forma de ideias, produtos e serviços, que respondam às demandas da sociedade, do Estado e do mercado.” (CAPES, 2019b, p.15).

Para Gheller (2019) os PPGs necessitam, por meio de suas pesquisas, trazer retorno para a sociedade, pois há uma parcela significativa de trabalhos que são financiados por agências de fomento e, de certa forma, também são financiados pela sociedade. Em vista disso, são necessárias políticas institucionais nas universidades e no governo para que a produção de um PPG se torne mais prática no contexto de sua utilização pela sociedade em geral e em particular no desenvolvimento do país.

Logo, o impacto de uma pesquisa também é "uma forma de demonstrar o valor da pesquisa para os patrocinadores da pesquisa, a sociedade, as instituições, governos, comunidades locais, comunidades e agências nacionais e internacionais" (BANGANI, 2018, p. 133, tradução nossa).

Santos Júnior (2019) observa que num processo de avaliação é preciso considerar todas as partes interessadas no processo de avaliação, quais sejam: os indivíduos ou grupos que podem afetar ou ser afetados pela avaliação do programa, incluindo, por exemplo, patrocinadores, clientes, funcionários do programa, agências de apoio, o público em geral.

Neste prisma, os autores Ribeiro (2007) e Boufleuer (2009) salientam que a CAPES reconheceu a responsabilidade que a pós-graduação deve ter para com a ciência e a sociedade, ao incluir o quesito de inserção social no Sistema de Avaliação em 2007.

"Essa inovação é muito importante, porque significa o reconhecimento oficial, pela Capes, de que a pós-graduação tem uma responsabilidade social e deve assim, não apenas melhorar a ciência, mas também melhorar o país e, por que não? Sobretudo se pensarmos em termos de ecologia e meio ambiente, o mundo." (RIBEIRO, 2007a, p. 01).

Boufleuer (2009, p. 327) destaca que a indicação de impactos causados à sociedade como fator qualificador de um PPG "expressa o reconhecimento oficial pela CAPES de que a pós-graduação tem uma responsabilidade social e que a ciência deve ter como alvo do seu desenvolvimento a melhoria das condições de vida".

Na opinião dos autores Lima & Wood (2014) e Palomares-Monteiro, García-Aracil, Castro-Martínez (2008) os critérios de avaliação que indicam como a sociedade aproveita as saídas de um PPG não são isentos de subjetividades e ainda não foi possível estabelecer um consenso entre os sistemas de avaliação.

Observa-se que a CAPES busca aperfeiçoar seu instrumento de avaliação para acompanhar as mudanças que ocorrem no mundo e garantir nexos e qualidade de seus PPGs. Ribeiro (2007), aponta que a expectativa é que os programas realizem ações de transformação social, ou seja, ações que vão além de práticas rotineiras, ações que sejam capazes de modificar o conhecimento.

No tocante ao impacto na sociedade “a avaliação vai verificar o caráter inovador da produção intelectual, os efeitos econômicos e sociais do programa, internacionalização, inserção e visibilidade” (CAPES, 2019a, p.1). De forma a ilustrar, a Figura 1 apresenta os quesitos macros do impacto na sociedade.

**Figura 1:** Componentes do quesito impacto na sociedade



Fonte: Adaptação da autora com base na CAPES (2019a)

A avaliação da CAPES aborda esses três quesitos, entretanto esse trabalho delimitou-se aos impactos econômicos, sociais e culturais gerados por um PPG na sociedade.

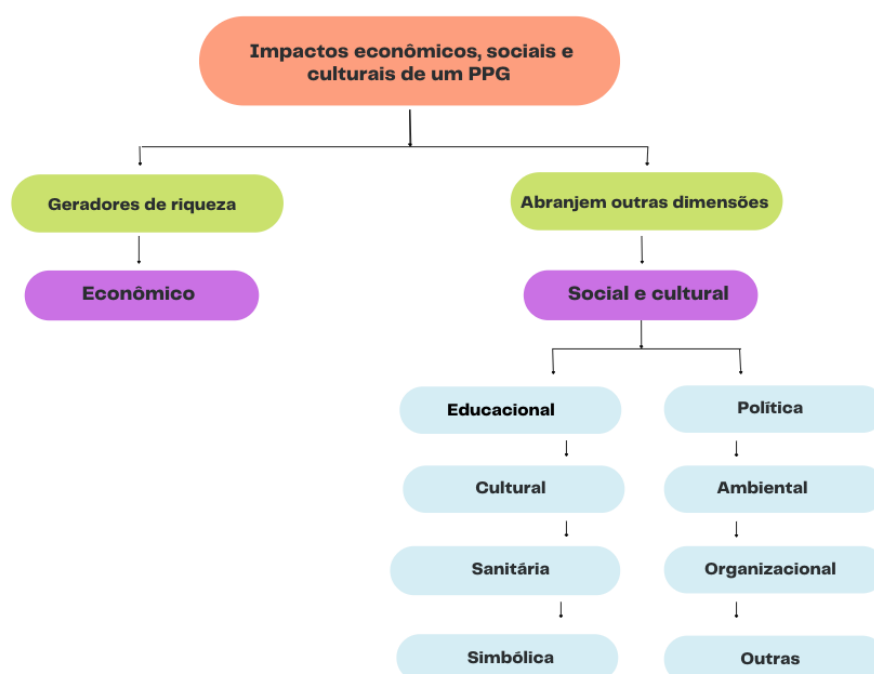
### 3.3 A dimensão de impacto econômico, social e cultural

Os impactos das saídas de um PPG na sociedade podem ser analisados pelo caráter inovador da produção intelectual, pelos efeitos econômicos e sociais do programa, e pela internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa. Os impactos econômicos e sociais, objeto deste estudo, estão

relacionados ao desenvolvimento econômico, social e humano de uma sociedade (FELICETTI; CABRERA E MOROSINI, 2014).

Em sua ficha de avaliação a CAPES identifica que os impactos econômicos são "aqueles impactos geradores de riqueza sob a forma de renda" e que os impactos sociais e culturais são aqueles que ainda que porventura também gerem renda, "sejam direcionados para fora do universo acadêmico e abranjam primordialmente outras dimensões (políticas, organizacionais, ambientais, culturais, simbólicas, sanitárias, educacionais)" (CAPES, 2019b. p.10).

**Figura 2** - Impactos econômicos, sociais e culturais de um PPG



Fonte: Adaptação da autora com base na CAPES (2019b)

Os produtos de um PPG devem, portanto, gerar transformações que beneficiem econômica e socialmente a sociedade (AMARAL, 2018). Para a autora, as saídas de um PPG devem produzir melhoria nos índices de qualidade de vida, inovação e construção da cidadania. Seguindo essa interpretação, Gheller (2019) aponta que os programas devem ser capazes de colaborar para sanar problemas no âmbito nacional enfrentando a exclusão e carência social.

Desta maneira, Pinto (2020) destaca a necessidade de se pensar os produtos da pós-graduação levando em conta de que forma os resultados desses produtos possam contribuir para a sociedade como um todo.

O impacto deve ser pensado em diversas perspectivas, mas essencialmente em questões voltadas para o retorno social das ações da pós-graduação. Em outras palavras, os relatórios da CAPES enfatizam a importância de se dedicar esforços no sentido de propiciar aos pesquisadores a capacidade de apresentar soluções aos problemas cotidianos vividos pela população [...]. (PINTO, 2020, p.66)

Importante destacar que a definição dos critérios a serem analisados na avaliação do quesito impacto econômico, social e cultural é de responsabilidade de cada área. Identificados na literatura os critérios abaixo, busca-se entender conceitualmente o que eles significam e verificar os efeitos que causam (se) na sociedade.

As reflexões teóricas acerca da avaliação da CAPES sobre as questões do impacto econômico, social e cultural na sociedade busca auxiliar na compreensão do impacto gerado pelo conhecimento e pesquisa junto à sociedade.

Apresenta-se alguns conceitos identificados nos critérios de avaliação.

### 3.3.1 Divulgação científica

A divulgação científica, ou popularização da ciência, são atividades que buscam fazer uma difusão dos conhecimentos científicos em uma linguagem popular, principalmente para públicos não especializados.

Para Carvalho, Stampa e Santana (2020) a divulgação do conhecimento contribui não só para o conhecimento crítico das diversas questões sociais, mas também para a proposição de respostas ao seu enfrentamento. Isso gera impacto direto na qualidade de vida do cidadão e da coletividade.

A solução de um problema indicado pela sociedade aumenta a sintonia social da universidade, popularizando a ciência e permitindo à sociedade perceber com mais clareza o retorno do investimento feito na educação. (SMANIO; RAMOS, 2021).

### 3.3.2 Egressos

Nas últimas avaliações da CAPES os egressos ganharam protagonismo, sendo parte importante na avaliação.

Para Felicetti; Cabrera e Morosini (2014) a colocação dos egressos no mercado de trabalho é fundamental para o desenvolvimento da sociedade, pois os valores, visões e conhecimentos adquiridos durante a graduação possibilitam, a partir das interações no trabalho, impactos na sociedade. Em consonância, para AMARAL (2018), a avaliação da inserção do egresso envolve a contribuição para o avanço da ciência e o desenvolvimento do país.

Abordando o impacto gerado pelos egressos, enquanto profissionais altamente qualificados, Wood Júnior et al. (2016) diz que o impacto terá maior alcance se houver dispersão geográfica dos egressos. Para os autores, o impacto social decorre diretamente da ação daqueles que “conduzirão novas pesquisas, ensinarão novos alunos em programas de graduação e de pós-graduação e, além disso, liderarão mudanças em organizações, como funcionários, empresários ou consultores”. (WOOD JUNIOR, et al., 2016, p. 28).

Para Maccari (2008) o egresso é considerado um elemento fundamental para verificar se as demandas da sociedade estão sendo atendidas. Conforme o autor, ele é um disseminador de conhecimento capaz de modificar seu entorno e contribuir, de forma decisiva, para o desenvolvimento de uma região. Ainda, Gheno *et al.* (2019) observa que se deve considerar o desempenho, os destaques e a empregabilidade dos egressos nas suas diferentes facetas. Ou seja, o programa deve manter uma relação próxima de seus egressos.

### 3.3.3 Nucleação

A incorporação dos egressos dos PPGs em IES é conhecida como nucleação e é tida como parâmetro de impacto econômico e social. Para Erdmann e outros autores (2012) a nucleação é a capacidade para preparar estudantes críticos para tornarem-se educadores, pesquisadores e líderes numa determinada área do conhecimento.

A nucleação, entendida como o reconhecimento de consolidação e liderança nacional de um PPG como formador de pessoal altamente qualificado para a pesquisa e a pós-graduação, contribuindo para a implantação de outros é um dos pilares na avaliação do impacto social de um PPG em âmbito regional e/ou nacional. (GHENO *et al.*, 2019).

### 3.3.4 Educação e Formação (EF)

Santos Júnior (2019), em sua tese onde investiga o nível de impacto social de um PPG na educação básica de instituições públicas, fundamenta que a formação qualificada traz melhorias no ensino dos alunos destacando a influência na qualidade das aulas, na relação com os estudantes, na capacitação e no conhecimento do professor sobre a disciplina ministrada. Para o autor, diversos estudos têm apontado que a educação do professor e o domínio da matéria são importantes para a aprendizagem dos estudantes.

Outro exemplo de contribuição nesse campo, conforme Boufleuer (2009) e Carvalho, Stampa e Santana (2020) seria a contribuição para a melhoria do ensino básico, graduação, técnico/profissional por meio do desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino. Também "passível de ocorrer em algumas áreas, é a geração pelo programa de "livros-textos" para a graduação e de livros didáticos para o ensino fundamental e médio". (BOUFLEUER, 2009, p.373).

### 3.3.5 Inovação e empreendedorismo

Aspectos de relevância econômica e social são transformados mediante empreendedorismo e inovação. Segundo Amaral (2018) as inovações beneficiam e transformam a sociedade.

Smanio e Ramos destacam a análise de ações e indicadores que podem resultar "na atração de novos investimentos, na geração de emprego e renda (spin-offs acadêmicos e startups geradas) e no desenvolvimento nacional, contribuindo para a redução das assimetrias" regionais. (SMANIO; RAMOS, 2021, p.416).

No estudo desenvolvido por Santos Júnior (2019), o autor verifica que em alguns casos egressos de um PPG passaram a lecionar em instituições de ensino superior privadas como forma de complementar a renda.

### 3.3.6 Políticas e gestão pública

A participação dos PPG nas discussões e formulação de políticas públicas têm um impacto social direto na qualidade de vida de seu cidadão. Smanio e Ramos (2021)



afirmam que a solução de um problema indicado pela sociedade pode surgir como uma política pública.

Nesta mesma linha, Boufleuer (2009) e Carvalho, Stampa e Santana (2020) declaram que a formação de recursos humanos qualificados pode contribuir para o aprimoramento da gestão pública.

Boufleuer (2009) ainda se manifesta sobre a participação dos PPGs na construção de políticas públicas culturais, apontando que a formação de recursos humanos qualificados permite formular políticas culturais e ampliar o acesso à cultura e às artes.

### 3.3.7 Desenvolvimento de produtos e processos

Algumas áreas desenvolvem produtos ou estabelecem processos, essas saídas de um PPG, podem gerar impacto na sociedade, esses resultados são apresentados sob a forma de ideias, produtos e serviços. (CAPES, 2019b).

Smanio e Ramos (2021) destacam que a melhoria de um processo ou de produto, a criação de software, um projeto de lei, uma patente podem ser a solução de um problema indicado pela sociedade. Entretanto esses produtos tem de se disponibilizado para a sociedade, alguns por meio de recebimentos de royalties, como os cultivares.

### 3.3.8 Projetos de extensão social

A CAPES (2019b) indica que o impacto econômico e social pode ser medido a partir das ações de extensão. Os projetos de extensão levam o conhecimento específico de uma área para a sociedade e podem ter como retorno a melhora na qualidade de vida do cidadão.

Para Gheller (2019) e Pinto (2020) as ações dos PPGs precisam trazer retorno para a sociedade. As pesquisas devem procurar solucionar problemas reais, cotidianos, da população, pois parte dos trabalhos são financiados por agências de fomento e, de certa forma, também são financiados pela sociedade

### 3.3.9 Inclusão social e ações afirmativas

Para Silva, Nozabielli e Rodrigues (2020) o impacto social expressa como um PPG sistematiza o seu fazer com as necessidades sociais, contribuindo na melhoria não só da ciência, mas do país.

Neste entendimento, pode-se dizer que o desenvolvimento social e econômico de um país está relacionado à inclusão social. Felicetti; Cabrera e Morosini (2014) apontam a concepção e o desenvolvimento de ações afirmativas, a contribuição em relação à inclusão social e o desempenho do aluno na IES como variáveis a serem consideradas na comprovação de impacto econômico e social de um PPG.

Os autores ainda, trazem questionamentos pertinentes ao tema como, por exemplo, se a universidade recebe os estudantes dos setores mais desfavorecidos da população e nas considerações finais do estudo, observam que "O acesso à educação superior, de pessoas de diferentes origens e classes socioeconômicas, em especial as com menor poder aquisitivo, contempla a responsabilidade social das IES" (FELICETTI; CABRERA; MOROSINI, 2014, p.36)

Boufleuer (2009) e Carvalho, Stampa e Santana (2020) listam a formação de recursos humanos qualificados capazes de contribuir para a redução da dívida social como parâmetro para avaliar o impacto social e econômico de um PPG.

Após leitura e análise dos textos de autores como Amaral (2018), Bangani (2018), Boufleuer (2019), CAPES (2019b), Gheller (2019), Smanio e Ramos (2021), entre outros, pode-se extrair que os impactos de um PPG na sociedade são originários das suas saídas (pessoas tituladas, conhecimento, tecnologia/produtos e serviços) e devem proporcionar ao indivíduo, comunidade ou sociedade, transformações que os beneficiem, respondendo às demandas da sociedade, do Estado e do mercado. Isto posto, o impacto de um programa de pós-graduação é entendido como aquilo que, ao preencher uma lacuna ou solucionar determinado problema de forma satisfatória, traz ao indivíduo ou coletividade transformação e/ou agregação de valor.

A perspectiva de impactos econômicos, sociais e culturais traz ao indivíduo ou coletividade transformações que beneficiem econômica e socialmente uma coletividade. Os impactos econômicos e sociais estão relacionados à geração de riqueza, ao desenvolvimento social e humano de uma sociedade e podem apresentar diferentes dimensões como econômica, educacional, cultural, tecnológica, entre outras.

Para que haja essa transformação social é necessário que as saídas de um PPG sejam transpassadas para a sociedade e que os cidadãos se apropriem e percebam os benefícios ocorridos em virtude do acesso a estas saídas junto à comunidade, seja local, regional, nacional ou internacional. Logo, para que haja um impacto real, seja econômico e/ou social, é necessária a percepção da sociedade como tal e não somente a indicação da academia.

## **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa científica é um processo de investigação, que segue uma metodologia, para solucionar, responder ou aprofundar conhecimento sobre determinado assunto ou fenômeno. Para Gil (2002) a pesquisa é definida como procedimento racional e sistemático que tem como objetivo fornecer respostas aos problemas que são propostos e que, possui várias fases, desde a adequada formulação do problema até a apresentação de resultados satisfatórios.

Esta seção aborda a metodologia utilizada para a realização da pesquisa. São abordados aspectos como o tipo e universo do estudo e as técnicas para coleta e análise dos dados. Tem-se como referencial teórico o autor Gil (2002) e as autoras Gerhardt e Silveira (2009).

É na metodologia, segundo Silva e Menezes (2005), que se define onde e como a pesquisa será realizada, o tipo de pesquisa, a população (universo da pesquisa), a amostragem, os instrumentos de coleta de dados e a forma como pretende tabular e analisar seus dados.

Gerhardt e Silveira (2009, p. 11) destacam a importância da metodologia para a realização da pesquisa e definem a metodologia como "o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas."

### **4.1 Tipologia da pesquisa**

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de natureza básica, pois tem por objetivo gerar conhecimentos novos e úteis para o avanço da Ciência para futura aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Busca-se caracterizar a perspectiva de impacto na sociedade na avaliação dos programas de pós-graduação da CAPES no intuito de esclarecer conceitos e indicadores relacionados ao impacto econômico, social e cultural.

Quanto à abordagem, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois busca analisar a perspectiva de impacto social da avaliação da CAPES de forma subjetiva, buscando descrever a complexidade do problema e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das suas particularidades.

Gerhardt e Silveira (2009, p. 31-32) afirmam que a pesquisa qualitativa "não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.". Nela a utilização de métodos qualitativos "buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores [...] nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens."

No que tange o objetivo do estudo, esta pesquisa se intitula descritiva uma vez que busca investigar uma série de informações sobre fatos e fenômenos de determinada realidade. As pesquisas descritivas "são realizadas com o intuito de descrever as características do fenômeno"(GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 67) e envolvem a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2002). Ainda, segundo o autor, a pesquisa descritiva refere-se "ao quê" e "ao como" e assume, em geral, a forma de levantamento.

A partir desse viés, foi realizado um estudo para compreender as perspectivas de impacto na sociedade nos PPGs, com enfoque nos efeitos econômicos, sociais e culturais, segundo avaliação da CAPES.

No que diz respeito ao procedimento desta pesquisa pode-se dizer que se trata de uma pesquisa bibliográfica e documental tendo como estudo de caso o PEP.

De acordo com Fonseca (2002, p. 32) uma pesquisa bibliográfica é "feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de websites."

Já a pesquisa documental, apesar de seguir os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, se utiliza de fontes mais diversificadas e sem tratamento analítico como tabelas estatísticas, jornais, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, entre outros.

Para a realização desta pesquisa foram consultados os documentos de avaliação da CAPES e do PEP pertinentes ao tema da pesquisa, divulgados em sítios institucionais e outros.

Ainda, Fonseca (2002) conceitua estudo de caso como:

[...] um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação [...] O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o

mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador. (FONSECA, 2002, p. 33).

Num estudo de caso, o pesquisador não pretende intervir sobre o objeto estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. Para Godoy (1995, p. 25) o "estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões "como" e "por que" certos fenômenos ocorrem", quando a chance de exercer controle sobre os eventos estudados é pequena e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real.

#### **4.2 Técnicas de coleta de dados**

Neste item serão apresentados as técnicas e instrumentos utilizados para a coleta de dados na realização deste estudo, caracterizando a perspectiva de impacto na sociedade na avaliação dos programas de pós-graduação da CAPES.

Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 68) "a coleta de dados é a busca por informações para a elucidação do fenômeno ou fato que o pesquisador quer desvendar". Assim, para a coleta de dados necessários para realização deste estudo, foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental nos meses de janeiro e fevereiro de 2022.

A pesquisa bibliográfica compreende aquela realizada "a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de websites." (FONSECA, 2002, p.32). Os textos são as fontes de informação sobre o assunto ou fenômeno investigado e o pesquisador trabalha a partir das produções intelectuais de autores sobre o tema de investigação.

A pesquisa bibliográfica, para Boccato (2006),

[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. (BOCCATO, 2006, p. 266).

Neste estudo, foram realizadas consultas às 1) Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), 2) *Scientific Electronic*

*Library Online* (SciELO), 3) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e 4) Google Acadêmico buscando identificar e selecionar material bibliográfico pertinente.

A estratégia de busca foi a pesquisa pelos termos no campo resumo, a partir do ano de 2004. Os termos utilizados nas buscas foram "impacto na sociedade", "impacto social", "inserção social", "pós-graduação" e "CAPES". A variação da palavra impacto e inserção se justifica, pois o quesito impacto na sociedade foi aplicado pela primeira vez na avaliação quadrienal de 2017- 2020. Nas avaliações anteriores, nos anos de 2004 a 2017, a ficha de avaliação dos PPGs da CAPES continha o quesito inserção social. As buscas foram realizadas utilizando a combinação de "impacto na sociedade", "impacto social", "inserção social" AND "pós-graduação" ou "CAPES".

**Quadro 2:** Quantitativo de itens recuperados nas bases de dados

Bases	Brapci		SciELO		Google Acadêmico		BDTD	
	Total	Sel. <sup>1</sup>	Total	Sel. <sup>1</sup>	Total	Sel. <sup>1</sup>	Total	Sel. <sup>1</sup>
"inserção social" AND "pós-graduação"	09	01	35	15	17.000	13	4.768	05
"impacto social" AND "pós-graduação"	16	05	31	05	16.800	9	9.213	01
"impacto na sociedade" AND "pós-graduação"	10	01	07	03	5.930	8	00	00
"inserção social" AND "CAPES"	02	01	12	08	15.600	16	549	06
"impacto social" AND "CAPES"	09	03	16	05	11.700	7	55	02
"impacto na sociedade" AND "CAPES"	00	00	01	00	2.210	8	00	00

Fonte: autora

Diante de um quantitativo significativo de itens recuperados, em especial nos resultados das buscas na BDTD e Google Acadêmico, optou-se como estratégia de seleção, pela leitura do título e/ou resumo e, até a quarta página de resultados acima deste número somada à exclusão dos registros recuperados em duplicidade.

**Quadro 3:** Quantitativo de itens selecionados

BASE	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO
Brapci	A Base de dados referenciais de artigos de periódicos em Ciência da Informação	03
SciELO	Base de dados digital, de livre acesso, de periódicos científicos	12
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações é uma base de dados de acesso livre, à teses e dissertações de instituições de ensino e pesquisa do Brasil	6
Google Acadêmico	Plataforma de pesquisa, de livre acesso, que reúne publicações (textos completos ou metadados) de conteúdo científico	38

Fonte: autora

Para a pesquisa documental, aquela que se utiliza de fontes mais diversificadas e sem tratamento analítico, foram consultados os documentos de acesso público disponíveis no *site* da CAPES quais sejam: documento de área e ficha de avaliação das 49 áreas do conhecimento.

Dos documentos recuperados foram extraídos os dados referentes ao item 3.2, impacto econômico, social e cultural. Essas informações foram sistematizadas conforme seus assuntos e características do impacto, sempre referenciando a área que abordou o tema. Com a identificação dos assuntos foi criada uma taxionomia de forma a organizar as relações entre os temas gerais e específicos. Essa classificação foi realizada junto com o orientador, tendo como base inicial a ficha de avaliação da CAPES, entretanto, houve uma expansão e detalhamento desta taxionomia.

Com a taxionomia foi possível realizar uma descrição dos assuntos e identificar quais e como as áreas abordam o impacto pelos PPG.

De forma a atender o último objetivo específico foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental tendo como estudo de caso o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN, analisou-se em específico, os



documentos declarados à CAPES, pelo PPG, nos processos avaliativos, obtidas através da Coleta CAPES e Plataforma Sucupira, referente ao quadriênio 2017-2020 do PEP.

### **4.3 Análise dos dados**

Compreende a análise dos dados a descrição dos procedimentos adotados para a análise dos dados coletados numa pesquisa. Na concepção de Gerhardt e Silveira (2009, p. 81) "a análise tem como objetivo organizar os dados de forma que fique possível o fornecimento de respostas para o problema proposto".

Para Gil (2008) a fase seguinte de uma pesquisa, após a coleta de dados, é a análise e interpretação dos mesmos.

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de resposta ao problema proposto para investigação. Já a investigação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. (GIL, 2008, p. 156)

A análise de dados quantitativos pode assumir as formas de análise estatística dos dados, tabulação e interpretação dos dados. Já em pesquisas qualitativas os dados são analisados de acordo com pré-análise, categorização, descrição e interpretação.

Os dados obtidos a partir das pesquisas bibliográfica e documental foram analisados para atender aos objetivos da pesquisa. A análise de dados foi realizada em três etapas, conforme o esquema apresentado por Bardin (2011): a pré análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

## **5 RESULTADOS E ANÁLISE**

Neste capítulo, serão apresentados os resultados e análises da pesquisa realizada. Para a compreensão de como as áreas da CAPES abordam o impacto econômico, social e cultural após identificação dos assuntos foi criada uma taxionomia presente no item 5.1. Já a análise do impacto econômico, social e cultural nos relatórios do PEP-IPHAN, quadriênio 2017-2020, está descrita no item 5.2.

### **5.1. As perspectivas de impacto econômico, social e cultural nas áreas de avaliação da CAPES**

Para compreender as perspectivas de impacto econômico, social e cultural nas áreas de avaliação da CAPES, foram coletados dados a partir do levantamento realizado nos documentos de acesso público, relativos à avaliação dos PPG, disponíveis no site da CAPES e plataforma Sucupira e a análise destes dados em relação ao tema da pesquisa. Foram examinados 49 documentos de todas as áreas e suas as fichas de avaliação do Quadriênio 2017-2020.

Nos documentos de área foram analisadas as informações constantes no item "Perspectivas de impacto dos PPGs da área na sociedade", item 3.2. já nas fichas de avaliação, o campo observado foi a subdivisão do "Impacto na Sociedade", identificado como "Impacto econômico, social e cultural do programa".

Ao analisar os critérios de avaliação relacionados às perspectivas de impacto econômico, social e cultural nas áreas de avaliação da CAPES constatou-se que não há um consenso sobre a definição de impacto e, por conseguinte, de relação dos itens elencados como impactos ou causadores de impacto econômico e social.

A heterogeneidade de entendimento do impacto econômico e social é perceptível quando em algumas áreas, se apresenta uma relação de produtos e serviços, resultados das pesquisas do PPG, sem descrição dos impactos que estes causam no indivíduo ou sociedade em geral. Já em outras áreas, há a categorização dos impactos, subdividindo os impactos sociais em: ambiental, sanitário, profissional, tecnológico, sociocultural, tecnológico/econômico, educacional, artístico, legal, entre outros. Esta diferenciação entre impacto econômico, atrelado à geração de renda, e

impacto social, que abrange as dimensões: política, organizacional, ambiental, simbólica, sanitária, educacional e cultural é mencionada no GT Impacto e Relevância Econômica e Social da CAPES (2019)

Para a análise dos dados, identificou-se a área pelas iniciais das respectivas grandes áreas seguidas de numeração sequencial de 1 a 49. Assim, por exemplo, a área Interdisciplinar (M48) é identificada pela inicial M referente à Multidisciplinar seguida pelo número 48.

**Quadro 4 - Colégios, grandes áreas e áreas - avaliação CAPES**

Colégio	Grande área	Área
Ciências da Vida	Ciências Agrárias (CS)	Ciências Agrárias I (1)
		Ciência de Alimento (2)
		Medicina Veterinária (3)
		Zootecnia/recursos Pesqueiros (4)
	Ciências Biológicas (CB)	Biodiversidade (5)
		Ciências Biológicas I (6)
		Ciências Biológicas II (7)
		Ciências Biológicas III (8)
	Ciências da Saúde (CS)	Educação Física (9)
		Enfermagem (10)
		Farmácia (11)
		Medicina I (12)
		Medicina II (13)
		Medicina III (14)
		Nutrição (15)
		Odontologia (16)
		Saúde Coletiva (17)
Humanidades	Ciências Humanas (CH)	Antropologia/Arqueologia (18)
		Ciência Política e Rel. Internacionais (19)
		Ciências da Religião e Teologia (20)
		Educação (21)
		Filosofia (22)

		Geografia (23)
		História (24)
		Psicologia (25)
		Sociologia (26)
	Ciências Sociais e Aplicadas (CSA)	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (27)
		Arquitetura, Urbanismo e Design (28)
		Comunicação e Informação (29)
		Direito (30)
		Economia (31)
		Planejamento Urbano e Regional/ Demografia (32)
		Serviço Social (33)
	Linguística, Artes e Letras (LAL)	Artes (34)
		Linguística e Literatura (35)
Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinas	Ciências Exatas e da Terra (CET)	Astronomia/Física (36)
		Ciência da Computação (37)
		Geociências (38)
		Matemática/Probabilidade e Estatística (39)
		Química (40)
	Engenharias (E)	Engenharias I (41)
		Engenharias II (42)
		Engenharias III (43)
		Engenharias IV (44)
	Multidisciplinar (M)	Biotecnologia (45)
		Ciências Ambientais (46)
		Ensino (47)
		Interdisciplinar (48)
		Materiais (49)

Fonte: Adaptação da autora com base na CAPES (2019a)

Extraídas as informações dos itens 3.2 dos documentos de área e das fichas de avaliação das 49 áreas da CAPES, elas foram agrupadas conforme seus assuntos e características do impacto, sempre referenciando a área que abordou o tema. Com a identificação dos assuntos foi criada uma taxionomia de forma a hierarquizar as

relações entre os temas gerais e específicos. Com a taxionomia foi possível realizar uma descrição dos assuntos e identificar quais e como as áreas abordam o impacto pelos PPG.

A taxionomia elaborada permitiu melhor entendimento/visualização de como as áreas definem o impacto econômico e social das saídas de pós-graduação na sociedade. De forma sucinta, entende-se como impacto as ações, diretrizes e políticas que o PPG executa de forma a modificar positivamente a economia, sociedade e a cultura.

Políticas e gestão pública

Políticas públicas na área da cultura

As **Políticas e gestão pública** analisam a participação da academia nas discussões e formulação de políticas públicas têm um impacto social direto na qualidade de vida de seu cidadão. Carvalho; Stampa e Santana (2020) compartilham deste entendimento quando afirmam que as políticas públicas repercutem na sociedade. Nas áreas de avaliação da CAPES a interpretação deste tópico é tratada de diversas formas.

A elaboração e/ou proposição e/ou execução de políticas públicas na sua área de competência do PPG é analisada pela perspectiva de impacto social pelos programas das áreas CA1, CA2, CA3, CB7, CB8, CS9, CS10, CS11, CS12, CS15, CS16, CH18, CH26, CSA28, CSA29, CSA31, CSA33, LAL35, E42, E44, seja nas esferas municipal, estadual, federal e/ou internacional (CH19) (CH24).

A compreensão de políticas públicas é citada como uma norma ou marco regulatório com atuação das áreas (A29) (E43) (M49), com proposição e subsídios de iniciativa legislativa, como leis e marcos regulatórios (CA1) (CSA30) (CSA33).

A Gestão de Políticas Pública (GPP) é mensurada como um impacto social pelos programas CB8, CS11, CS12, CS16, CSA31, CSA33, CET38, E41 e as contribuições de aprimoramento da GPP são listadas pelas áreas CB8, CS10, CS11, CSA33, E41, M48.

Para a área CH23, as políticas públicas geram impacto socioeconômico e ambiental com vistas à superação da desigualdade social e formação de indivíduos que façam uso dos recursos e conhecimentos produzidos pela área.

A área CSA32, que também cita as políticas públicas como fator de impacto social, avalia o impacto por meio dos resultados da participação formal, seriada e como protagonista de ações voltadas à comunidade, juntamente com agências públicas, privadas ou da sociedade organizada. Para a área CH24 traz impacto à sociedade a atuação dos docentes em secretarias de governo, institutos, museus, e conselhos desenvolvendo atividades como atendimento de editais, desenvolvimento de projetos, coordenação de equipes entre outros.

O desenvolvimento de avaliações de políticas e programas sociais, em atendimento a demandas de instituições públicas e da sociedade civil (CSA33), a qualificação do debate público relativo à promoção do estatuto das sociedades democráticas plurais, laicas, com pleno respeito à diversidade religiosa e à livre manifestação da crença e da não crença (CH20) e a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da saúde (CB6) são outros exemplos de ações que causam impacto junto aos indivíduos e coletividade.

As **Políticas públicas na área da cultura** analisam a participação dos PPGs na construção de políticas públicas culturais e repercutem positivamente na qualidade de vida da população. Boufleuer (2009) teoriza que a formação de recursos humanos qualificados permite formular políticas culturais e ampliar o acesso à cultura e às artes. A formulação de políticas culturais é entendida como parâmetro de impacto social (CSA29) na medida que amplia o acesso à cultura e à difusão do conhecimento nesse campo (CH23). A área CH23 coloca o desenvolvimento cultural e a difusão do conhecimento promovidos por meio de guias, cartilhas, exposições, materiais instrucionais, mídias, dentre outros. A divulgação/difusão cultural também é tratada pela LAL35.

A área CSA29 percebe para além da concepção da política pública, o fomento de novos modos de participação em debates de interesse público, curadoria, preservação e disseminação da memória e do patrimônio cultural como ente transformador da sociedade.

Já a área M48 pontua a contribuição da área para a formação de profissional qualificado para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.



As saídas de um PPG, segundo Amaral (2018), devem produzir **inovações** que beneficiem a sociedade. Essas inovações são relatadas de múltiplas formas nos documentos de avaliação da CAPES.

A integração e cooperação dos docentes permanentes com outros centros de ensino e pesquisa, entidades estatais e privadas para realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação é citada pela área CSA31. Para a área CS10 a incorporação tecnológica e inovação podem contribuir diretamente na qualidade de vida do cidadão por intermédio da disponibilidade de novas técnicas assistenciais e equipamentos. Inovação (M47) e incorporação tecnológica também são citados pelas áreas CA3, CB5, CS11, (E43).

Para CSA29 o incremento das indústrias criativas, do setor do entretenimento, das práticas e das políticas do audiovisual e das novas mídias acarretam impactos na sociedade.

**Empresa ou organização social inovadora** é citada pela área E43 como produto gerador de impacto social. Parcerias com o setor produtivo, mediante termo de cooperação técnica (CA2) para o desenvolvimento de pesquisa CET38 são meios de produzir impactos na sociedade.

O impacto é analisado pelos convênios e termos de cooperação formais estabelecidos com parceiros não sejam acadêmicos ou agências de fomento (E44) que resultem em produtos tecnológicos.

Neste pensar, as parcerias com setor privado (CB7) (CSA29), o setor empresarial (CH10) (CSA31), parques tecnológicos, com o terceiro setor (CSA29); com o setor público (CB7) baseando-se em agendas de prioridades em pesquisa definidas para gerar novas tecnologias/processos (CSA31) são geradores de impactos.

Para a área CSA29 o aprimoramento dos processos comunicacionais nas organizações públicas, privadas e do terceiro setor aumentam sua eficácia econômica. Ainda para essa área, a pesquisa e a inovação tecnológica, por meio do pioneirismo na investigação da cultura digital, na produção e análise de bases de dados, novos aparatos e formatos comunicacionais, análise da influência das novas

tecnologias nas práticas democráticas e nos processos políticos contemporâneos e também tecnologias sociais trazem impacto social/tecnológico para a sociedade.

Os PPGs pontuam o **empreendedorismo** como aspecto de impacto social (CB7) que contribui para o desenvolvimento socioeconômico (CET37) por meio da criação de novas empresas/organizações sociais com geração direta de emprego e renda (CS11).

Nesta mesma perspectiva, ações empreendedoras que incentivam a criação de startup e outras iniciativas que contribuam com o empreendedorismo e com a inserção de egressos em empresas são indicadores de impacto social (A45).

A criação de processos registrados (CA4), de startups, spin-offs, empresas incubadas/graduadas, dentre outras (CA4), (CET 40) marcam a participação efetiva dos programas em ações que geram impacto social/econômico. A área CET40 destaca também licenciamentos como exemplos de atividades que causam impacto na sociedade.

A formação específica de pessoal técnico qualificado e eventuais atividades de consultoria é mensurada como um impacto social pelas áreas CSA28 CSA33 CET39 e a atuação em prestação de assessorias especiais, pelas áreas CSA28 (CSA31) e LAL35.



## Egressos

Estudos como os dos autores Felicetti; Cabrera e Morisini (2014) assinalam que a interação dos egressos com o mercado de trabalho proporciona impactos na sociedade. Este entendimento é tratado de diversas formas nas áreas de avaliação da CAPES.

A atuação profissional dos egressos (M48) onde estes são absorvidos pelo mercado de trabalho (M45), podendo atuar tanto no setor público como no setor privado (CH19) é declarada como causa de impactos sociais. Os egressos podem ocupar posições de destaque, tanto no universo da docência, como na pesquisa e nas esferas de decisão do país (CA1).

A atuação do egressos em docência instituições públicas e privadas (CB8), seja no ensino médio (CA1) (CH21) ou na docência ensino superior (A1) (CET39), bem como o trabalho destes em empresas do setor produtivo da área de Geociências em



geral (CET38) ou a admissão dos egressos no quadro de um PGG ou oriundos do quadro dos parceiros (E44) são compreendidos como indicadores de impacto.

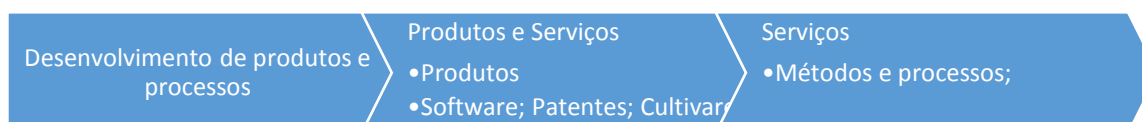
Egressos ajustados ao novo mercado e modelo de negócios (CA1) (CS14) (CSA31), capazes de suprir a diversificação de mercado (E42) (E44) e as demandas do mercado de trabalho por profissionais (CSA33) são pontuados como fatores de melhoria na qualidade de vida da sociedade.

A compreensão do impacto é citada na melhoria das condições de renda e trabalho dos egressos (CS10), nas informações sobre a distribuição dos egressos por atividade econômica, bem como por sua ocupação e mudanças salariais dos discentes após cursar o PPG (M46).

A formação de pesquisadores (LAL35) e gestores públicos e não governamentais (CH26), bem como a produção científica e produção técnica dos egressos que contribuem para a compreensão e para a intervenção frente a problemas sociais relevantes (LAL35) abrangem os impactos sociais de um PPG.

A compreensão da atuação dos egressos é citada como impacto social quando relata a melhoria das vendas (E42) (E44) e no mercado de modo geral (editorial, cinematográfico, etc., conforme declarado pela área LAL35).

A área CS13 classifica as transformações operadas pelos profissionais titulados nos serviços de saúde e pelas inovações tecnológicas alcançadas/desenvolvidas no curso como impacto social a ser avaliado pela CAPES. Já a contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense, é destacada pela área M48. Por sua vez, a área CET38 identifica a produção de teses e/ou dissertações com metodologias e/ou resultados diretamente empregados por empresas do setor produtivo da área de Geociências em geral na avaliação de impacto social.



**Produtos e serviços** são saídas (ou resultados) de um PPG que produzem impacto econômico, social e cultural da sociedade. São aferidos e entendidos de formas diversas nas áreas de avaliação da CAPES. Produtos, processos e

ferramentas desenvolvidos são elencados pela área E41. Para a área M48, produtos, processos e serviços nas comunidades são impactos pertinentes às características do programa. Já para a área CSA29 o desenvolvimento de processos, produtos e serviços para e com o setor empresarial é mencionado como fator de impacto.

A aderência em relação ao produto com projeto e linha de pesquisa do PPG é considerada na área CB5, já na CSA30 observa-se o quantitativo da produção técnica. A área LAL35, examina os projetos de desenvolvimento de bens e serviços no campo da indústria criativa (artes, mercado editorial, audiovisual, animação, games, mídias sociais, gastronomia, cultura popular, turismo cultural, etc.), que estimulem a geração de renda, promovam a diversidade cultural e o desenvolvimento humano.

Os produtos, são considerados saídas de um PPG, para a CAPES (2019b) o seu impacto é caracterizado pelo efeito ou benefício percebido pela sociedade, derivado dos produtos desenvolvidos no âmbito de um PPG. Esta percepção por vezes não é explícita, pelos programas, na avaliação uma vez que os programas indicam, apenas as saídas dos PPGs no campo destinado à avaliação de impacto.

Verifica-se que o desenvolvimento de novos produtos (CS9) (CS10) (CET39) (E42) (E44) e técnicas (CS9), a produção técnica (CA1) (CS10) (CH25) (CH26) (CSA30) e tecnológica (CS10) (CH25) (CSA30) (CET39) são citadas nos documentos de avaliação da CAPES no campo impacto social.

A área CB5 coloca a aderência (relação do produto com projeto e linha de pesquisa do PPG) como parâmetro a ser considerado e a área CS11 especifica o desenvolvimento de novos fármacos. Para CB7 o desenvolvimento de novos testes e diagnósticos, novos fármacos ou vacinas são saídas da PG que promovem a saúde e melhoram a vida das pessoas.

O **Software** é considerado também como uma saída, essa tipologia é identificada como medida de impacto é a criação de softwares/aplicativos (E43), (CH25), (LAL35), (CET40), (E44), (M49).

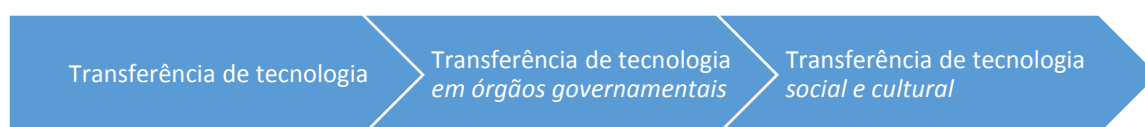
As Patentes depositadas e/ou licenciadas são mencionadas na avaliação de impacto social pelas áreas A2, CET39, CET40, E42, E43, E44, M49. Produtos/processos em sigilo pela área E43.

Os **Direitos autorais** (CSA30), (E42), (E44), **propriedade intelectual** (e outros ativos de propriedade intelectual) (E43), tecnologias da informação e da comunicação, e outros de natureza afim (CSA30), são parâmetros de impacto social identificados na avaliação da CAPES.

Outra forma de impacto é destacada pelas áreas (CA1) e (CB7) são os cultivos, considerados como produtos da pós-graduação.

Os **Métodos e Processo** são destacados pela CS10 e as melhorias de um processo (E42) (E44) oriundos dos trabalhos desenvolvidos por docentes e discentes são representativos de geradores de impacto na sociedade.

A criação de novos serviços (CS10) (E42) (E44) que respondam às demandas da sociedade, do Estado e do mercado, gera impacto na sociedade, em concordância com a CAPES (2019b).



O envolvimento da academia com diferentes setores que culminam na transferência de tecnologia tende a impactar a sociedade. Entende-se por **Transferência de tecnologia** (TT) a transferência de conhecimento técnico ou científico gerado na universidade que beneficiam a sociedade.

Na avaliação da CAPES, as áreas CA2, CS12, CS16, CET38, E41 destacam que o envolvimento com empresas (CS11) ou instituições públicas e privadas para transferência de tecnologias e/ou criação de novos produtos e técnicas (CA2) (CS12) (CS16) (CET38) (E41) como fatores de impacto que podem ser aferidas social e economicamente. Para a área CS12 essa melhoria pode ser notada com a melhora de indicadores de saúde, por exemplo.

Projetos e ações que indiquem transferência de conhecimento e/ou de tecnologias para segmentos sociais específicos também são mencionados pela área LAL35. A participação de docentes, discentes e egressos em ações de produção e divulgação do conhecimento técnico em cooperação com equipes de assessoria, consultoria, terceiro setor e sociedade civil organizada é considerada impacto social pelo programa CH23.

A **Transferência De Tecnologia em Órgãos Governamentais** é tratada como agente de impacto social pela área CB8. O conhecimento científico e tecnológico são base para outros segmentos e centros produtores e difusores de tecnologia, tais como a EMBRAPA e a EMATER (CA4).

A TT é realizada por parcerias com secretarias, ministérios e outros órgãos da administração pública, organizações não governamentais e setor produtivo (CS15). A pesquisa em empresas ou instituições públicas (CET39) e em órgãos governamentais (CA2) impactam diretamente a sociedade.

Na abordagem da **Transferência de Tecnologia Social e Cultural**, parte-se da definição de Bangani (2018), impacto social é a influência positiva que uma saída de PPG tem na vida, no conhecimento e comportamentos de uma comunidade. Essa posição permite reconhecer que podem ser declaradas como impacto social, as saídas de um PPG que solucionem problemas da sociedade (E42), trazem melhoria das condições de vida da população (CH25) (CSA28), como a disseminação tecnologias sociais, para todos os setores da sociedade (M48).

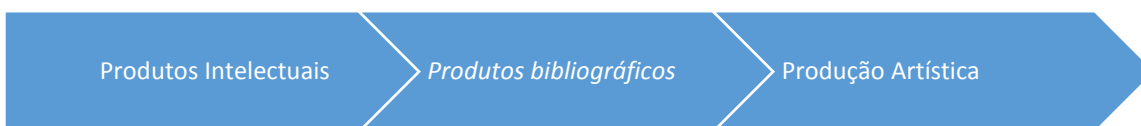
Nesta concepção, a transferência do conhecimento para a sociedade (CS10) (CS12) (CH18) (M49), as técnicas, tecnologias sociais (CSA33) e culturais (LAL34) (CSA28), contribuem para o desenvolvimento, em nível local, regional, nacional, por meio de avanços produtivos (CSA33) (LAL34).

A área CSA28 destaca a promoção de mudanças na sociedade, considerando em suas abordagens aspectos de sustentabilidade social, econômica e ambiental. Cita o artesanato, a agricultura como setores que sofrem impacto direto. Este programa também faz menção às atividades que possam contribuir para a qualificação socioambiental do espaço humano, incluindo as tecnologias sociais na construção de soluções coletivas para os desafios e emergências vinculadas a desastres ambientais, urbanos e regionais provocados por mudanças climáticas ou por ações inadequadas de gestão pública ou privada como algo a ser considerado na avaliação da PG.

A área CS10 diz que a inovação aplicada à prática social ou usada dentro de um processo produtivo ou de determinados serviços traz impacto social. A transferência de conhecimentos visando à resolução de questões sociais e à qualificação da experiência da cidadania (CH21) (LAL34) transformam a sociedade. A área CS21 ainda afirma que a formação de educadores e pesquisadores da educação, que atuem de modo socialmente significativo é ponto a ser considerado na avaliação da CAPES.

As áreas CSA33 LAL34 M48 destacam a importância da formação de recursos humanos para o desenvolvimento artístico e cultural, para a formulação de políticas artísticas e culturais, para a ampliação do acesso à cultura e à arte.

A área CSA33 avalia como impacto social e econômico os processos de produção de conhecimento crítico acerca das expressões da questão social e da formação de recursos humanos qualificados para formulação, gestão, monitoramento e avaliação de políticas e programas sociais, no horizonte da defesa de direitos e do fortalecimento das lutas sociais, resguardando a diversidade da realidade regional que interfere na problemática das desigualdades sociais. Assessoria e consultoria aos movimentos sociais também é um parâmetro indicado pela área.



Os **Produtos Intelectuais** oriundos dos PPGs trazem um impacto social na qualidade de vida de seu cidadão. A interpretação deste tópico é tratada de diversas formas nas áreas de avaliação da CAPES.

A área M46 sugere avaliar os impactos econômicos e sociais de produtos intelectuais indicados pelo Programa. O programa E44 cita a cessão de direitos autorais como um dos mecanismos de transferência dos produtos e tecnologias desenvolvidos no âmbito de um PPG para a sociedade.

Dos **Produtos bibliográficos**, as publicações conjuntas de docentes de um PPG com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa é avaliada como parâmetro de impacto econômico, social e cultural do programa CS11.

A produção de material didático escrito (CH21) (CH25) ou audiovisual elaborado por docentes e discentes do PPG (CS10) (CS12) (CH18), de apoio à educação básica (CB6) e de qualidade (CA3) é compreendida como indicador de impacto social. Nesta mesma perspectiva, as áreas CSA31 CET36 CET39 CET40 indicam a publicação de livros e/ou capítulos de livros de divulgação científica e didáticos.

Para a área CH23, além da produção de livros e/ou capítulos de livros, a produção científica em dissertações e teses, pela produção qualificada em periódicos e produtos audiovisuais de seus corpos docente e discente (ativos e egressos) também geram impactos sociais.

A elaboração de relatórios técnicos conclusivos (CH25) (E43), a organização de dossiês temáticos, editoriais de revistas e elaboração de pareceres (LAL35), a

produção de conhecimento crítico acerca das expressões da questão social (CSA33), a criação de base de dados técnico-científica (E43) (CSA29) e a elaboração manuais/protocolos (CH25) (E43) são outras referências para a aferição de impacto na avaliação da CAPES.

Os relatórios de trabalhos de intervenção em contextos específicos de atuação profissional também são referenciados pelas áreas CS10, CS12, CH18. A área CSA27 cita a produção de artigos científicos em ações de impacto do PPG em outras esferas da sociedade.

A **Produção Artística** também é considerada pelas áreas CSA29 e LAL34 na avaliação dos impactos econômicos e sociais da CAPES. Assim, são reconhecidas como critério de impacto a produção artística em contextos culturais diferenciados, com desenvoltura de práticas diversificadas com as linguagens da arte nos meios e processos de comunicação das culturas locais e também da informação tecnológica (CSA29) e, a contribuição para o desenvolvimento artístico, gerando e difundindo processos e produtos artísticos que contribuam para o desenvolvimento das artes como fenômeno, valor e conceito (LAL34).

A área M48 identifica como impacto social a contribuição do programa para a formação de pessoas qualificadas para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.

**Outras produções** também são consideradas pelas áreas, como a produção de guias, cartilhas, exposições, materiais instrucionais, mídias, dentre outros é avaliada pela área CH23 como critério de impacto social na medida que colabora para o desenvolvimento cultural e a difusão do conhecimento. Já o critério entrevistas aparece nos PPG CA2 CSA29.

### Ações afirmativas

As **Ações afirmativas** são medidas que visam diminuir e/ou corrigir desigualdades presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos. Uma ação afirmativa busca oferecer igualdade de oportunidades a todos. Felicetti; Cabrera e Morosini (2014) destacam que as ações afirmativas são variáveis a serem consideradas na avaliação de impacto social de um PPG.

A compreensão de que ações afirmativas são geradoras de impacto é vista por diversos PPGs que instituíram política de ações afirmativas para ingresso e/ou bolsas no âmbito da pós-graduação (CS10) e (CH24). As políticas afirmativas e/ou de inclusão social compreendem programas de ações afirmativas na seleção dos alunos e de ações voltadas para a permanência dos alunos (CSA29) e (CS17).

As bolsas disponibilizadas por indústrias aos alunos dos PPG e facilidades no desenvolvimento de pesquisas de interesse da indústria (E44) e a orientação em programa de iniciação científica no ensino médio (CET38) são avaliadas como impacto social pelas áreas identificadas.



A CAPES (2019) indica que o impacto econômico e social pode ser medido a partir das **ações de extensão**. A importância da inserção, relevância e impacto de projetos e atividades de extensão é citada pelas áreas CA2, CA3, CS14, CS16, CH23, CH26, CSA27, CSA28, CSA29, CSA30, CSA33, CET36, CET39, E42, E46, M47, M48 e M49.

Para a área CS12, considerar o papel do programa em termos de extensão do conhecimento à sociedade e intervenção social é critério para aferir o desenvolvimento social e econômico da sociedade, com a melhora de indicadores de saúde, por exemplo.

Projetos de extensão que levem o conhecimento específico da área para a sociedade em geral também são citados pelo programa CH23 como gerador de impacto social. A promoção de eventos e cursos não científicos é analisada por diferentes prismas na avaliação da CAPES. Os eventos em parcerias com setores de serviços ou de gestão pública mostram contribuições de um PPG ao desenvolvimento socioeconômico (M47).

Organização (CH22) (LAL35) e participação em eventos (CS9) de difusão de conhecimentos aplicados (CS10) (CS12) (CH18) para divulgação da ciência junto à sociedade civil em geral (CSA30) e, em especial, no âmbito da educação básica (CSA30) são entendidos como produtores de impactos sociais.

Cursos de extensão universitária e/ou capacitação ofertados por docentes e discentes do PPG (CS10) (CS12) (CH18), cursos de extensão, especialização, minicursos e outros (CA2) geram impacto na sociedade.

A realização de exposições, mostras e curadorias (LAL35), organização de feiras de ciências, oficinas, visitas técnicas (CA3) (CB6), visitas a laboratórios e museu (CB6), seminários, encontros, conferências, workshops, entre outros (CET36) (CET39) (M45) (M47) são exemplos de itens a serem avaliados no impacto econômico, social e cultural da CAPES.

Os eventos como feiras de ciências, oficinas, visitas a laboratórios ou reciclagem de professores de Educação Básica com foco em Geociências (CET38) são tidos como para a eventos que promovem a popularização da ciência. A popularização da ciência também é arrolada na área CS10 que a descreve como atividades/ações relacionadas à educação básica (incluindo promoção de saúde na escola), serviços de saúde e mídias sociais, ensino técnico (educação Profissional) e oferta de Bolsas PIBIC Jr.

Atividades para a comunidade não acadêmica, divulgação e popularização da ciência (CA4), promoção da cultura informacional e das competências em informação (CSA29), eventos valorizando a manutenção da biodiversidade, da natureza e dos povos e comunidades tradicionais (M48) são outras menções de eventos e cursos não científicos que transformam a realidade onde são ofertados.

Ainda como ações de extensão, os **Serviços à Comunidade**, são considerados para Gheller (2019) e Pinto (2020) as ações da PG precisam trazer retorno para a sociedade. As pesquisas devem procurar solucionar problemas reais, cotidianos, da população, pois parte dos trabalhos são financiados por agências de fomento e, de certa forma, também são financiados pela sociedade.

Neste sentido, os programas propõem projetos e ações que indiquem transferência de conhecimento e/ou de tecnologias para segmentos sociais específicos (LAL35), a construção compartilhada de saberes (CSA28) e a realização de atividades de assistência à comunidade (CS9).

A área CS10 indica **Serviços à Comunidade Aplicados à Saúde** e atendimentos à comunidade visando soluções e/ou respostas para situações emergentes do cotidiano da prática nas instituições de saúde no contexto do SUS, do ensino e dos desafios das ações relativas às ações para implantação das políticas públicas.



As áreas CS13 e CS14 apontam a melhoria da atenção e resolução de problemas de saúde-doença da população (diagnóstico e/ou no tratamento de doenças), além da melhoria na gestão dos serviços de saúde como parâmetro de impacto social. A concepção e a execução de campanhas públicas de saúde e gestão de informações estratégicas na área da saúde são citadas pela CSA29.

O PPG CSA31 relata que suas saídas impactam diretamente a sociedade em **Serviços à Comunidade Aplicados à Economia**, na medida em que tratam da estruturação dos sistemas de previdência e assistência social, as políticas de apoio à produção agropecuária e industrial, o estímulo ao comércio internacional, o financiamento da infraestrutura de transporte, energia e comunicações.

Os **Serviços à Comunidade Aplicados ao Meio Ambiente**, tem a contribuição para o equilíbrio e sustentabilidade ambiental, conservação dos ecossistemas, aspectos socioambientais, manejo e recuperação do meio ambiente, valorizando a manutenção da biodiversidade é tratada pela área M48. Para a área M46 o impacto das saídas de seu PPG é representado pelas melhorias que a produção tecnológica causa no meio ambiente dentro de uma determinada área de abrangência (M46).

Os **Serviços à Comunidade Aplicados à Gestão Pública**, realizam a transformação das práticas socioculturais, contribuições para o setor público, o setor privado e o Terceiro Setor, que possam potencializar o aprimoramento da gestão, da transparência, da governança, da cidadania e do desenvolvimento social indicam impacto social (CSA29).

A elaboração de dossiês patrimoniais, como os para Inventário Nacional de Referências Culturais -INRC, é listada pela área CH18 na ficha de avaliação da CAPES. O INRC é um instrumento de preservação de manifestações culturais, referências de identidade para determinado grupo social. Ações voltadas para o patrimônio histórico e arqueológico (CH18) e para a valorização dos povos e comunidades tradicionais (M48) também são consideradas na avaliação.

A área CH20 cita a importância de qualificar o debate público relativo à promoção do estatuto das sociedades democráticas plurais, laicas, com pleno respeito à diversidade religiosa e à livre manifestação da crença e da não crença, respeitado o ordenamento jurídico do Estado brasileiro para a sociedade.

## Associações e ONGs

As atuações dos PPGs junto a organizações da sociedade civil são referenciadas pelas áreas CH23, CH24, CSA30. A segunda, indica ações junto a organizações da sociedade civil como associações de classe, entidades representativas, organizações não-governamentais tais como assessorias, produção de estudos solicitados, realização de trabalhos técnicos e formativos. Já o programa CSA30 aponta a atuação de representação da sociedade civil em audiências públicas, *amici curiae*, ou participação em conselhos e comissões de assessoramento da sociedade civil. Este programa indica ainda a análise crítica de processos decisórios nas diferentes esferas governamentais e não governamentais como item a ser considerado na avaliação de impacto na sociedade.

A participação de docentes, discentes e egressos em colaboração com outras instituições públicas e privadas, associações científicas, organizações da sociedade civil, ONGs, entidades culturais, movimentos sociais e/ou em atividades sociais e extracurriculares, presença nos meios de comunicação social, ONGs, movimentos sociais, outras instituições públicas e privadas, associações (CH20) (CSA28) (CSA32) (LAL35) são consideradas nas perspectivas de avaliação de impacto social da CAPES.

## Premiações (pela sociedade e órgãos públicos)

As premiações foram relacionadas como parâmetros de impactos sociais em algumas fichas de avaliação da CAPES. A avaliação do Impacto econômico, social e cultural da área CSA31 relaciona as premiações e outras formas de reconhecimento do corpo docente permanente, corpo discente e das dissertações/teses ou equivalente como item a ser considerado na análise do impacto econômico social e cultural do programa. Nesta mesma linha as áreas CA4 e CET40 citam a análise de premiações e outros reconhecimentos do impacto econômico e social de produtos e iniciativas do corpo docente permanente e do corpo discente do Programa.

## Divulgação científica

A solução de um problema indicado pela sociedade aumenta a afinidade social da academia, popularizando a ciência. (SMANIO; RAMOS, 2021). Ações de divulgação, junto aos estudantes do ciclo básico e do público leigo, dos progressos alcançados pelas atividades de pesquisa científica realizadas no país e no exterior (CET36) (CET39) se fazem necessárias para a difusão e popularização da ciência.

A popularização da ciência ocorre com atividades de extensão (CH26), comunicacionais e informacionais, ou equivalentes, junto a comunidades locais como escolas, associações de bairro, setor público, privado e terceiro setor local ou regional (CS14). Processos de divulgação e disseminação do conhecimento (CS9) (CS11) (CH25) (CSA33) (CET39) e técnicas (CS11) para a sociedade podem se dar por meio de palestras e outras ações de divulgação como meios jornalísticos, rádio, TV, mídias sociais, escolas, apps, entre outros. (CSA30) (CET38).

A área CS14 cita, como exemplos de atividades de extensão a realização de palestras com professores não da área médica ou profissionais voluntários, disseminação de informação através de sítios eletrônicos, mídias sociais, aplicativos, vídeos, blogs, entre outros. Já a área CH22 indica a promoção de cursos e eventos para divulgação do conhecimento filosófico.

Outras áreas que citam a divulgação científica e/ou a popularização da ciência são CB6, CB7, CB8, CSA29, CSA31, LAL35, CET40, M45, M49. A CS15 relaciona a popularização com valorização da prática científica (CS15). A área CSA29 considera as intervenções com discursos qualificados em questões de natureza pública: conferências, debates, palestras, entrevistas, fóruns, audiências públicas, mesas redondas como indicador para verificar o impacto social do programa.



O apoio entre os **Programa de pós-graduação**, pode ser observado, por exemplo, na área CSA31 com o destaque no envolvimento do programa na formação

e consolidação de novos núcleos de pós-graduação mais jovens. Atividades educacionais (CS15) iniciativas educacionais (CET39) também são listadas como forma de impacto na sociedade.

A participação do corpo docente como editores de periódicos Qualis da área, consultores *ad-hoc* de periódicos nacionais e internacionais, organizadores, palestrantes, chairman, debatedores de eventos, representantes de sociedades científicas (CSA31) como a participação ou liderança de grupos de pesquisa, com a presença de alunos da graduação (iniciação científica, educação tutorial, PIBID, residência pedagógica, monitoria, extensão), pós-graduação e egressos titulados (LAL35) são outros indicadores para aferir o impacto econômico, social e cultural de um PPG na sociedade.

A **Avaliação do PPG** e os impactos gerados pelas saídas de um PPG são pertinentes às características do Programa (M48). Assim, também se considera, em alguns PPGs, a análise do próprio PPG como parâmetro de impacto social.

A área LAL34 afirma ser importante, para a avaliação do impacto dos PPG da área, questionar-se se o programa responde de modo satisfatório a seus objetivos de formação e produção do conhecimento. A área M49 pondera sobre o número de docentes permanentes que participam das ações ou produtos reportados e, a CS10 discorre sobre os indicadores que demonstram a capacidade de autossuficiência dos programas de pós-graduação.

A área M48 aponta os desafios de reconhecer que diferentes concepções podem ser adotadas nas pesquisas e no ensino, de aprofundar as características definidoras dos conceitos de pluri, multi e interdisciplinaridade, de novas perspectivas teórico-metodológicas de pesquisa, ensino e inovação a fim de melhor embasar as avaliações dos diferentes programas da área. Cita ainda, a intensificação do diálogo inter e intra Câmaras Temáticas da área para as trocas de experiências.

As **Parcerias dos PPGs** com outras IES, PPGS ou redes de pesquisa impacta social e economicamente a vida do cidadão. A leitura de como essas parcerias interferem na sociedade é tratada de diversas maneiras nas áreas de avaliação da CAPES.

Para algumas áreas, as associação entre IES (CS11) e a cooperação (CA3) (CB7) e o intercâmbio entre programas de pós-graduação para qualificação de profissionais de nível superior (CSA31) geram impacto na sociedade.

Nesta perspectiva, a promoção de intercâmbio/mobilidade de discentes e docentes (CS9) (CH21) (CET37) entre programas de diferentes IES ou institutos de pesquisa visando atividades de pesquisa (produção ou divulgação), docência ou orientação (CS11) são compreendidos como impacto social.

Também suscitam impactos sociais a integração com instituições ou participação em outros programas com o caráter de solidariedade (CA2) (CA4) (CB8) (CSA27) (CET37) (CET40) (M46) (M47) (M49), visando a redução de assimetrias regionais na produção do conhecimento. (CH18) (CH21).

A participação em projetos de cooperação entre PPGs com níveis de consolidação diferentes (CET36), voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas com Pós-Graduação ainda incipiente (CSA29), ou com menos recursos financeiro (CH21) (CET37) (CET38) promovem impactos sociais.

Exemplos de atividades que originam impactos são a participação em bancas, orientação e/ou coorientação (CS10), a atuação de professores visitantes (CSA 21) (CSA29) e a participação em MINTER/DINTER, turmas fora de sede, ou similares (CH21).

Considera-se também como indicador de impacto social e econômico as associações entre instituições de ensino superior para a oferta de cursos de mestrado e de doutorado e a oferta destes cursos de forma interinstitucional, em regiões carentes de mestres e doutores (CSA 29).

As **Palestras e eventos (acadêmicos)** e a organização de eventos acadêmicos é identificada como fator de impacto social para alguns PPGs. Neste sentido, o programa M49 cita a participação dos estudantes da PG em eventos de iniciação científica como indicador de impacto social. A área CS11 cita a organização de eventos científicos entre instituições como indicador relevante para a área.

Os **Projetos de Pesquisa para ações sociais** buscam o desenvolvimento de pesquisas voltadas para ações sociais promove impacto direto na vida do cidadão. Este tópico é abordado de diferentes maneiras pelas áreas de avaliação.

O fortalecimento de redes de pesquisa (CSA31), o desenvolvimento de projetos temáticos do CNPq, FAPs ou FINEP (CS11), apoiados por editais indutores focados na transferência de conhecimentos e de serviços para o desenvolvimento de áreas e de comunidades específicas (CH14) (LAL35) e o desenvolvimento de protótipos

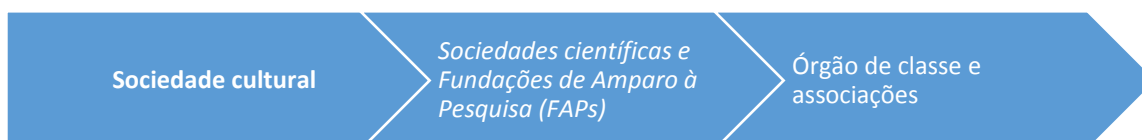
aplicados ao ensino, pesquisa e extensão (E44) são citados nos documentos de avaliação da CAPES.

O desenvolvimento de pesquisas *stricto sensu* baseadas na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde (CS14), voltadas para solução ou atenuação de conflitos sociais, étnicos, territoriais, econômicos e afins de diferentes naturezas (CSA30), de fomento e de preservação do patrimônio literário, linguístico e cultural (LAL35) são outros exemplos de como as áreas veem sua contribuição para a melhoria da sociedade.

Ainda são indicados os projetos e atividades que promovem a incorporação de metodologias interdisciplinares nos projetos de pesquisa dos docentes e discentes (M48) e a participação em programas de iniciação científica júnior, incentivando o contato dos alunos de educação básica com laboratórios e alunos de pós-graduação (CB6).

O aprimoramento de procedimentos, ações e condutas para melhoria da prática assistencial em saúde, sobretudo no diagnóstico e/ou no tratamento de doenças (CS13), desenvolvimento de projetos em farmacovigilância (CS11) e a elaboração e desenvolvimento de insumos pecuários no que se refere ao desenvolvimento e padronização de técnicas de diagnóstico laboratorial para contribuir com os Programas Sanitários Nacionais (CA3) são outros exemplos de projetos de pesquisa para ações sociais que trazem impacto econômico e social.

A **Nucleação**, percebida como incorporação dos egressos dos PPGs em IES, de acordo com a CAPES, é um dos parâmetros para medir o impacto regional e/ou nacional dos PPGs. No sistema de avaliação da CAPES, a nucleação é citada pelas áreas CB7, CH21, CSA31, LAL35, CET37, M45, M46, M47, M49. A área CSA31 indica que a capacidade de nucleação é medida pela participação de egressos como docentes permanentes em programas do SNPG. (CSA31).



A Sociedade cultural é avaliada com a participação em comissões julgadoras, de curadoria ou consultoria do setor cultural são ações de um PPG que é indicador de impacto econômico, social e cultural (CSA29).

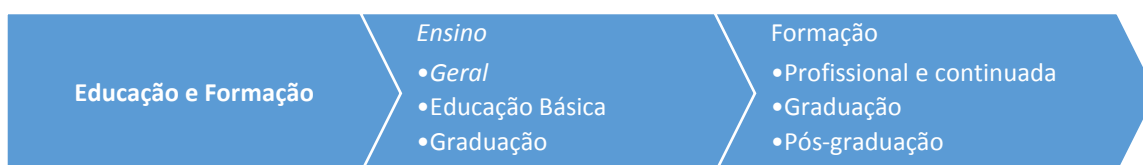
O impacto econômico, social e/ou cultural de um PPG pode ser estimado considerando sua participação em **Sociedades científicas e Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs)**. Nas áreas de avaliação da CAPES a apresentação deste tópico é tratada de formas diversas.

A participação do corpo docente em entidades científicas e/ou associações (LAL35), em conselhos, comitês e sociedades científicas (M46) são arroladas como parâmetros de impacto social. Participação de entidades sociais no fomento à pesquisa é analisada pelos programas CS10, CS11, E42, E44. Atividades ligadas a demandas de instituições públicas, como CAPES (CS11), CNPq, INEP, MEC e assemelhados (CSA31) (CS24) e privadas, como editoras, fundações (CH24), conselhos de administração, associações, entre outras (CSA31) são ponderadas pelos PPGs na avaliação da CAPES.

A área CH23 cita os comitês multidisciplinares voltados ao atendimento de demandas públicas, oferecendo conhecimentos e capacidade de análise (CH23) como forma de avaliar o impacto social do programa.

As contribuições para o fortalecimento do sistema nacional de pós-graduação (Minter e Dinter) (CH21) (LAL35) devem ser avaliadas nos termos de impacto social.

Também se observa a indicação de participação em **Órgão de Classe e Associações** (CS14) (CH20) (CH24) (CSA29) (CSA31) (CSA32) (LAL35) é indicador a ser considerado na avaliação de impacto social dos programas.



O desenvolvimento local, regional e/ou nacional, destacando os avanços gerados pelas ações voltadas à educação e formação, é abordado de diferentes formas na avaliação da CAPES como **Educação e Formação (EF)**. Para a área CS12 a formação para a pesquisa resulta em melhoria da saúde de forma sistêmica.

A formação de recursos humanos inseridos em diversos âmbitos de atuação (CET38) como, IES (públicas e privadas), terceiro setor, setores industriais, de transformação e serviços, setor público (em especial com a contribuição da inovação

e otimização de produtos, processos e serviços) favorece o impacto econômico, social e cultural (CSA28).

Assim, projetos de pesquisa desenvolvidos com empresas do setor produtivo (CET38), convênios, acordos de cooperação e instrumentos afins, orientados à capacitação de recursos humanos para demandas específicas da área (CS10) (CS12) (CS15) (CH18) (CSA30), para as atividades acadêmicas e para o mercado de trabalho (CSA31) e que atendam a demandas da sociedade civil (CH19) são considerados indicadores para avaliação de impacto por PPG.

A disseminação de técnicas e de conhecimentos científicos (CB6), de tecnologias educacionais, culturais e sociais, científicos (CH21), de conhecimentos de arte e cultura ou da área de Serviço Social visando à resolução de questões sociais e à qualificação da experiência da cidadania (CSA33) (LAL34) aparecem arroladas nos documentos de avaliação da CAPES.

A avaliação de desempenho dos cursos profissionais e acadêmicos (M47) é indicada como fator de análise da contribuição da pós-graduação.

Na Educação e formação do Ensino Geral, a contribuição dos PPGs para a melhoria do ensino básico, médio, graduação, pós-graduação e/ou técnico/profissional impactam sobremaneira a vida da sociedade. Este tópico é abordado de diferentes formas no processo de avaliação da CAPES.

A contribuição para o aprimoramento dos processos educacionais nas instituições e sistemas públicos (CET36), privados e do terceiro setor permite dimensionar os impactos econômicos e sociais (CH21).

A contribuição para a melhoria do ensino fundamental, médio, técnico/profissional e de graduação (CB6) (CB7) (CSA33) por meio de propostas pedagógicas inovadoras de ensino (CH22) (CH23) (CSA29) (M48) e parcerias estabelecidas pelo PPG com as escolas (CH22) são dimensões analisadas na avaliação de impacto econômico e social da CAPES. Para a área LAL34 essa melhoria na educação visa o desenvolvimento do ensino em Artes.

**O Ensino de Educação Básica** foi abordado por Santos Júnior (2019), em sua tese, estuda o nível de impacto social, dos egressos do em PPG, na educação básica de instituições públicas. Fundamenta que a formação qualificada traz melhorias no ensino dos alunos. A educação básica, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é formada por três grandes etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.



O compromisso com a educação básica é referenciado pelas áreas CA3, CB6, CB7, CB8, CS9, CS12, CH18, CH20, CH21, CH22, CH23, CH24, CSA29, CSA33, LAL34, LAL35, CET36, CET37, CET39, M45, M46, M48, M49.

Para Boufleuer (2019), um exemplo de contribuição para a melhoria do ensino básico é a geração pelo PPG de livros didáticos para o ensino fundamental e médio. Com esse entendimento, algumas áreas citam a produção de material didático-pedagógico para alunos do ensino básico como fator a ser considerado na análise de impacto social pela avaliação da CAPES. São elas: CA3, CH12, CH21, CH23, CH24, LAL35, M45.

Ações junto à educação básica como capacitação de professores (CS12) (LAL35), a realização de palestras de divulgação científica (CH24), eventos de divulgação da Matemática e da Estatística nas escolas (CET39), cursos de férias para professores e estudantes, intervenções permanentes em escolas de ensino fundamental (CB7) são exemplos de iniciativas citadas nas avaliações dos programas.

A atração de jovens talentos para a ciência e propiciando indicadores de melhora das condições de saúde de comunidades (CS12), atividades de formação continuada (CH23) (CH24) (CET39), de cursos Lato Sensu/Aperfeiçoamento, participação em programas de iniciação científica júnior, incentivando o contato dos alunos de educação básica com laboratórios e alunos de pós-graduação (M45) são outros exemplos de itens avaliados.

A geração de propostas inovadoras, atenção às políticas de inclusão e de avaliação (CH23) e a melhoria profissional em sala de aula e junto às escolas e às secretarias de educação são fatores destacados pela área CH22. As áreas CS15 e CH23 relacionam a melhoria do ensino a atividades de formação (continuada).

A área CET37 valoriza as ações relacionadas à educação básica que promovam a melhoria da qualidade do ensino, a inclusão digital e a atração de recursos humanos para a área de computação.

Há aquelas áreas que citam como contribuição social a melhoria do ensino médio, sem maiores especificações, CSA33, LAL34, CET36.

No **Ensino de Graduação** a compreensão de que as saídas dos PPG geram impacto social, Boufleuer (2009) indica que a contribuição nesse campo, seria a geração de “livros-textos” para a graduação. listam esse exemplo as áreas CET36, CET38, CET39.

A melhoria ensino graduação ocorre no desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino (CH21) (CH23) (CET37) (CET38), na oferta de atividades de apoio ao ensino de graduação (CET40), na formação de recursos humanos com capacidades para atuação no ensino (CS12) (CS16). A melhoria da educação superior, ocorre também por meio de produção de material didático, atividades de pesquisa e intervenção social, formação de recursos humanos para o desenvolvimento educacional e cultural, para a formulação de políticas educacionais, para a ampliação do acesso e da qualidade da Educação (CH21).

Para a área CS15, atividades como oferta de disciplinas, tutorial, orientação de alunos de iniciação científica/tecnológica, orientação de alunos em projetos de extensão e orientação de trabalhos de conclusão de curso são mencionadas ficha de avaliação de impacto econômico e social do programa.

A formação de especialistas da área visa ampliar a atuação destes junto à comunidade de profissionais do setor (LAL34) e junto à comunidade (CSA28). Para a área CS13, por exemplo, a importância da formação se dá na medida que o profissional é capaz de introduzir mudanças no atendimento à comunidade, seja no campo da gestão dos serviços de saúde, seja na aplicação de práticas inovadoras no atendimento de pacientes (CS13)

Na **Formação**, a perspectiva de qualificação de pessoal para atuar extramuros da academia é recente no Brasil (SMANIO; RAMOS, 2021). Atividades de formação e pesquisa do PPG a outras esferas da sociedade, tais como governo, mercado e sociedade civil (CH25), para preparar o cidadão para o mercado de trabalho, são geradoras de impactos sociais.

A área CSA33 menciona a formação de recursos humanos para o ensino, a pesquisa e a extensão e o CS17 a formação articulada com a gestão do SUS, os movimentos sociais e as demais esferas da sociedade.

A **Formação Profissional** ratifica a importância da formação de recursos humanos qualificados, sendo praticamente unanimidade entre os PPGs, seja para atuação na área de ensino (CH20) (CH22) (CH23) (CSA28) (CSA29) (M48), seja para o desenvolvimento cultural (M48) e social da área (CSA33) (LAL34), ou para a disseminação de técnicas e de conhecimentos que contribuam para maior efetividade da política de saúde (CS17).

A ofertas de cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais (CH22), de cursos de formação para profissionais (CET38) ligados às

áreas de atuação do programa como editoriais, cinematográficos, tradução (LAL35) e, atividades para a comunidade não acadêmica, capacitação (M49) são compreendidos como parâmetros para avaliar a dimensão de impacto social.

Nas perspectivas de impacto social dos PPG, ações de formação profissional e continuada são elencadas na avaliação dos PPGs da CAPES.

A formação profissional qualificada (CA1) (CA3) (CB8) (CS13) (CH20) (CET37) (E43) contribui para responder às demandas sociais (CH23), para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento produzidos pela área no melhoramento das condições de vida da população (CS17) (CH20).

A formação profissional se dá por meio de cursos, desenvolvimento de projetos de pesquisa e de atividades de extensão (CSA33), palestras técnicas (CA2), atuação do PPG como centro de capacitação regional (CA3).

Cursos de educação continuada (CS9) para formação e atualização de professores (CH22) (CH23) (CH24) da educação infantil (CH21), da educação básica (CA1) (CA3) (CH26) (LAL35), ensino de graduação e técnico (CS12) (CS16) (CET38) e de pós-graduação (E41) trazem benefícios para a sociedade.

A formação qualificada de profissionais, pesquisadores e docentes para a administração pública, instituições ou sociedade civil (CS17) (CSA32) também é relatada como fator de impacto social, pois contribui para o aprimoramento da gestão pública (CSA32), para gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da saúde (CS17) (M48) e para transferência de tecnologias e/ou criação de novos produtos e processos (CS11)

Aprimorar a formação de pessoas no seu campo de atuação, a partir das experiências e inovações metodológicas desenvolvidas (CS13), capacitar para o trabalho (CH22) faz aumentar as oportunidades de empregos/empregabilidade (CA3) (CS10) (M47) trazendo impacto econômico à sociedade.

Possibilita também aos profissionais introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional (CS17) (M48).

No âmbito da **Formação da Graduação**, e identificado na área CSA31, que destaca a formação de pesquisadores qualificados na avaliação de políticas macroeconômicas e setoriais, na análise do desempenho de empresas e consumidores, na formulação e na avaliação de políticas públicas em quase todas as

áreas de atuação do poder público, na assessoria econômica de empresas e instituições diversas.

Enquanto na **Formação Pós-Graduação**, os programas consideram que a inserção em programa de iniciação científica e iniciação à docência/PIBID (CB7) (LAL35), a implantação de mestrados profissionais (CB7), o apoio estágios de docência (M49) são ferramentas de impacto de melhoria da qualidade de vida de um indivíduo ou coletividade.



O impacto social expressa como a PG sistematiza o seu fazer com as necessidades sociais, contribuindo na melhoria não só da ciência, mas do país. (SILVA; NOZABIELLI; RODRIGUES, 2020). Os PPGs nos seus documentos de avaliação explanam diversas formas de como o seu programa contribui para transformações sociais e melhoria de vida da população brasileira.

A geração de acadêmicos e profissionais com alta qualificação para atuar no mercado de trabalho, tanto no setor público como no setor privado é interpretada como fator de impacto e **Inclusão Social** (E43), pois contribui para a qualidade de vida (A2) (CB6) (CB7) (CB8) (CS10) (CS11) (CS12) (CS13) (CS14) (CS16) (CS17) (CH20) (CH23) (CSA28) (CSA29) (CSA32) (CET37) (CET39) (E42) (E43) (E44) (M46) (M49) ao responder às demandas sociais (CB8) (CH19) (CH23) (M47) e para redução de desigualdades sociais (CH18) (CH22) (CH23) (CH25) (CSA31) (CSA33) (E43).

O fortalecimento da cidadania é expresso como impacto social causado pelos programas CH21, CSA29, CSA33, LAL34, E43 junto a sociedade.

A área CSA33 evidencia como impacto a organização de serviços sociais e a defesa de direitos e do fortalecimento das lutas sociais. Sociedade mais informada, sustentabilidade, geração de riqueza (E43), redução da dívida social (CS10) (M48) e o respeito à diversidade, à pluralidade identitária e à tolerância social (M48) também são itens elencados como impacto social gerados pelo PPGs.

As **Ações Sociais Específicas de Área** representam o dimensionamento dos impactos está atrelado à identidade, aos objetivos e à missão dos PPGs. Alguns programas ao arrolar os impactos de suas saídas, relatam de forma tão específica que

em alguns casos, torna-se difícil o enquadramento destes em alguma categoria. Optou-se por apresentá-las neste tópico.

Adaptação ao novo universo de consumidores demandantes de qualidade, adequação pressão social para mudança de contexto, processos e estrutura, aporte para soluções para agricultura urbana e segurança nutricional, adaptação a novos sistemas agrícolas, uso de ferramentas da agricultura digital e de automação e inteligência artificial, mitigação de gases de efeito estufa, adaptação e controle de efeitos bióticos e abióticos, adaptação às mudanças climáticas nos trópicos e regiões pobres, ao novo código florestal brasileiro e à expansão vertical, aumento da produtividade, manutenção de segurança alimentar, bioeconomia, manejo do risco e uso da inteligência estratégica e agregação de valor e sustentabilidade às cadeias produtivas (CA1). Ganhos de produtividade também (M45) contribuem para a elevação da remuneração da mão de obra qualificada pelos PPGs.

Utilização de fitoterápicos, exploração dos biomas, avanço em técnicas cirúrgicas e outras especialidades clínicas em animais domésticos e silvestres, a antecipação ou prevenção de riscos à saúde animal e humana (CA3). Ações para a melhoria e promoção da saúde, como desenvolvimento de novos testes e diagnósticos, novos fármacos, vacinas ou políticas públicas na área da saúde ou afins (CB7). Uso sustentável do patrimônio ou capital biológico (CB5). Melhoria na saúde do indivíduo, redução de vícios e melhoria na alimentação (CS10). Gestão da informação e do conhecimento (CSA29). Sistemas de informações e de gestão em atendimento a demandas de instituições públicas e da sociedade civil (CSA33), entre outros.

Com o intuito de não tornar a leitura deste tópico exaustiva, optou-se por não listar individualmente todos os impactos específicos de cada área.

## **5.2 O impacto econômico, social e cultural nos relatórios do PEP**

Para analisar o impacto econômico, social e cultural nos relatórios do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN, quadriênio 2017-2020, foram analisadas as informações registradas na submissão dos documentos, referente ao PEP, ano 2020, disponível no portal Sucupira.

Destacamos, conforme taxionomia elaborada no item 5.2, as perspectivas de impacto econômico, social e cultural nas áreas de avaliação da CAPES encontradas no PEP.

Sublinha-se, que as categorias/subseções que não foram localizadas, foram suprimidas nas análises.

### **Políticas e gestão pública**

O programa PEP destaca, dentre suas percepções de impacto econômico e social, sua com relação as políticas públicas de patrimônio. Enfatiza a participação dos alunos no universo das políticas públicas de cultura e políticas de valorização e o acesso a esses bens patrimonialidades.

### **Egressos**

O tópico egresso é abordado pelo PEP-IPHAN na colocação do egresso no mercado de trabalho e na realização de curso de extensão e oficinas ministradas por egressos do mestrado. Destaca ainda a produção intelectual dos egressos na forma de material didático (capítulos de livro, podcasts) e contribuição para elaboração de manual de conservação.

### **Transferência de tecnologia (TT)**

Com a compreensão de que a transferência de tecnologia é a transmissão de conhecimento técnico ou científico gerado pelo PPG para instituições públicas e/ou privadas, terceiro setor e demais segmentos sociais, foram identificados os seguintes itens: intercâmbios com diversas organizações públicas, dos diferentes níveis, bem como organismos da sociedade civil, resultando, por exemplo, na elaboração, fora do Mestrado Profissional, de diversos projetos de restauração de bens patrimonializados e na elaboração de produtos intelectuais bibliográficos.

Além disso, pode-se referenciar a existência de termo de colaboração para realização de oficinas de transmissão de conhecimentos em instituições sociais, culturais e/ou escolares.

### **Produtos Intelectuais**

A produção intelectual do PPG é apropriada pelos cursos de graduação, servidores do IPHAN e público em geral. Para o PEP as produções bibliográficas como

livros e capítulos de livros publicados, dissertações de mestrado, artigos, artigos em periódicos qualificados como A1 e A2 são consideradas na análise do parâmetro de impacto econômico e social.

O desenvolvimento de produtos e processos é identificado na construção de produtos técnicos, organização de acervos documentais e realização de visitas técnicas são abordadas neste tópico.

Outras produções também foram identificadas na relação de produtos intelectuais. São produtos técnicos, relatórios, manual para subsidiar o desenvolvimento de metodologias para a realização de inventários culturais, termos de referência e material instrucional. Ainda há menção à produção de conteúdo, vídeos, podcasts, bancos de questões.

### **Projetos de extensão social**

Trata-se de promoção de eventos e cursos não científicos e de serviços à comunidade. Projetos de extensão social são substancialmente arrolados pelo PEP no decorrer da apresentação de seus impactos econômicos e sociais. Cita-se aqui, a exemplo, os projetos de extensão “Biblioteca Básica da Preservação” cujo acervo bibliográfico está disponível para consulta pública e o projeto “Patrimônio Cultural e Direitos Coletivos: valorizando saberes e práticas medicinais tradicionais”.

O PEP relaciona as atividades de promoção de eventos e cursos não científicos, como a realização de oficinas de transmissão de conhecimentos, ações de educação patrimonial, debates e mesas-redondas.

### **Divulgação científica**

Ações de divulgação, como a realização de palestras, conferências e mesas redondas, junto às instituições sociais, culturais e/ou escolares, aos estudantes do ciclo básico e à comunidade (público leigo), são indicadas para aferir a dimensão de impacto social do programa.

Oficinas e atividades de educação patrimonial voltadas para alunos de graduação para difusão de procedimentos e práticas de identificação, valoração e preservação de bens culturais também são consideradas neste tópico, além da sistematização e divulgação on-line de documentos sobre os bens patrimonializados.

### **Meio acadêmico**

O apoio entre os programas, pode ser observado no PEP com o destaque no envolvimento do programa na criação de PPG em diferentes instituições brasileiras. As parcerias com outros PPGs também são identificadas por participação em bancas de defesa de PPG profissionais e interdisciplinares e participação de docentes e discentes do mestrado como professores visitantes em outros PPGs, a exemplo de aula oferecida disciplina eletiva, curso na modalidade remota, aula de abertura em curso de PPG.

A participação do corpo docente como pareceristas ad hoc de revistas científicas nacionais e internacionais, identificada na subcategorias "programa de pós-graduação" também é listada como forma de impacto na sociedade pelo PEP.

A nucleação pode ser percebida na atuação dos egressos do PEP em cursos de graduação e pós-graduação.

Por fim, neste tópico ainda é possível verificar a participação em eventos acadêmicos como na Comissão Científica da Conferência Internacional da Universidade do Porto, em Portugal, e em conferências em curso de pós-graduação e graduação, participação.

### **Educação e Formação**

Atividades voltadas ao ensino são consideradas na avaliação de impacto econômico e social do PEP, quais sejam: a produção de conteúdo e atividades para material didático para o ensino médio, material didático e instrucional para cursos de graduação, aulas e atividades acadêmicas em nível de graduação.

A formação de um público, para que esse que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento produzidos pela área é identificada nas ações do PEP. São ações formativas, que ocorrem por meio de cursos, desenvolvimento de projetos de pesquisa e de atividades de extensão e buscam valorizar o patrimônio cultural.

Neste contexto, cita-se a formação de pesquisadores detentores (ou pesquisadores populares) formulando diversas bases para os auto-inventários de referências culturais, as oficinas de capacitação de equipes (moradores do entorno e gestores dos bens) para serviços de conservação e manutenção preventiva dos elementos construtivos do bem patrimonializado, e formação de mediadores de educação para patrimônio.



**Inclusão social**

Pode-se incluir neste tópico a participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais.

**Ações sociais específicas de área**

Projetos de intervenção nos bens tombados que geram um impacto positivo sobre o patrimônio. Conforme justificado, os impactos gerados afetaram não somente as construções, como as comunidades a seu redor, gerando empregos e renda.

Ainda que, não verificado no documento de submissão da CAPES, acredita-se que, dois itens podem ser considerado nas avaliações de impacto econômico, social e cultural, segundo perspectivas reconhecidas neste estudo: a abrangência territorial do PEP (em todas as Unidades do IPHAN) que possibilita aos alunos cursarem o mestrado sem sair do seu Estado e a concessão de bolsas para todos os discentes, bem como auxílio financeiro nos módulos de aula presenciais na Sede do mestrado no Rio de Janeiro.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, situado no contexto da avaliação dos programas de pós-graduação do Brasil pela CAPES, possibilitou uma reflexão sobre o impacto econômico e social gerado pelas pesquisas da pós-graduação brasileira na sociedade. Esses impactos, originários das saídas de um PPG, devem proporcionar transformações que beneficiem a sociedade, respondendo às demandas da sociedade, do Estado e do mercado.

Ao retomar a questão inicial desta pesquisa, que é a compreensão da perspectiva de impacto na sociedade e dos critérios de avaliação relacionados às perspectivas de impacto econômico, social e cultural, considerando o modelo de avaliação da CAPES, quadriênio 2017-2020, se depreende que o impacto de um programa de pós-graduação é entendido como aquilo que, ao preencher uma lacuna ou solucionar determinado problema de forma satisfatória, traz ao indivíduo ou coletividade transformações que beneficiem econômica e socialmente a sociedade.

Os impactos econômicos e sociais, objeto deste estudo, estão relacionados à geração de riqueza, ao desenvolvimento social e humano de uma sociedade e podem apresentar diferentes dimensões como econômica, educacional, cultural, tecnológica, entre outras. Por ser uma abordagem relativamente nova, as discussões acerca do impacto econômico e social dos resultados de uma saída de um PPG têm na sociedade, ainda carecem de literatura sólida e de um entendimento consensual sobre o conceito do termo impacto econômico e social.

Sabe-se que cada área é responsável por definir os critérios a serem analisados na avaliação da CAPES, em virtude das suas especificidades e os objetivos, o que acarreta diferentes entendimentos sobre conceitos e parâmetros de avaliação de impacto econômico e social. Contudo, apesar de ser uma tarefa complexa, é importante compreender o conceito de impacto, enquanto benefício percebido pelo indivíduo ou coletividade, pois isso além de possibilitar melhor atendimento dos critérios de avaliação da CAPES, ampliará a atuação dos PPGs na qualidade de vida do cidadão/sociedade.

A pesquisa realizada mostrou que, dentre as 49 áreas de avaliação da CAPES, há diferentes graus de maturidade sobre o tema. No entanto, a pesquisa também

apontou para o delineamento de parâmetros comuns de avaliação do impacto econômico e social dos PPGs. Cita-se aqui formação de recursos humanos qualificados (egressos), projetos de extensão, divulgação científica, desenvolvimento de produtos e processos, ações voltadas às políticas e gestão pública, ao ensino - educação básica e inclusão social.

Quanto a análise do PEP, observou-se que as informações enviadas pelo Programa se inserem na taxionomia elaborada neste estudo, tendo uma vertente mais para a atuação na transferência de conhecimento técnico ou científico gerado pelo PPG para instituições públicas e/ou privadas, terceiro setor e demais segmentos sociais e na promoção de projetos de extensão social onde cursos são ofertados à comunidade objetivando a educação para a valorização do patrimônio cultural.

Para além das ações sociais específicas de área do PPG, o PEP promove atividades voltadas ao ensino, à divulgação científica e produção intelectual. Contribui para a colocação do egresso no mercado de trabalho e para a formulação de políticas públicas. Contudo, não se observou ações voltadas para o desenvolvimento de produtos como softwares, patentes e cultivares. Também não se identificou menção à Associações e ONGs, Sociedades científicas e Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e Órgão de classe como indicadores de impacto econômico e social.

É oportuno expor que algumas dificuldades foram sentidas ao desenvolver esta pesquisa. O primeiro ponto a relatar é a falta de consenso sobre conceitos e parâmetros de avaliação do impacto na sociedade na literatura da área. Especialmente no que se refere a impacto econômico e social a escassa literatura também foi desafiadora para a realização deste estudo.

Por não haver heterogeneidade na apresentação das informações relativas à avaliação do impacto econômico e social nos documentos da CAPES, houve dificuldade no levantamento e categorização dos dados. Embora na ficha de avaliação, os produtos/transferências/impactos relacionados ao impacto econômico, social e cultural estejam descritos no item 3.2, na maioria dos documentos de área não há esta divisão. Portanto, na maior parte dos documentos de área, os produtos/transferências/impactos estão arrolados todos juntos, no item 3 "perspectivas de impacto na sociedade", sem identificar se trata-se de impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa, impacto econômico, social e cultural ou a internacionalização, inserção e visibilidade do programa.

Espera-se, com este estudo, contribuir na discussão do tema, no que tange às perspectivas de impacto econômico e social dos cursos de pós-graduação do Brasil. Todavia, ressalta-se que este estudo trata de reflexões e que diferentes leituras são possíveis.

Por fim, é importante evidenciar que as questões discutidas neste trabalho abrem possibilidades de novas pesquisas, principalmente na análise dos discursos qualificados e nas intervenções práticas dos programas em uma área específica, de forma a identificar sua abrangência local, regional, nacional ou internacional.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Aline Oliveira. **Inserção social dos egressos da pós-graduação Stricto Sensu em Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Espírito Santo**. 2018. [30] f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/11147>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BANGANI, Siviwe. The impact of electronic theses and dissertations: a study of the institutional repository of a university in South Africa. **Scientometrics**, v. 115, n. 1, p. 131-151, 2018. DOI: 10.1007/s11192-018-2657-2.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BOUFLEUER, José Pedro. Inserção social como quesito de avaliação da pós-graduação. **R. Educ. Públ.**, Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 371-382, mai./ago. 2009. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/488/418>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 2 out. 2021.

CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria 122, de 5 de agosto de 2021**. Consolida os parâmetros e os procedimentos gerais da Avaliação Quadrienal de Permanência da pós-graduação stricto sensu no Brasil. Brasília, DF: CAPES, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-122-de-5-de-agosto-de-2021-336957396>. Acesso em: 9 out. 2021.

CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2019a). **Relatório de Grupo de Trabalho**: Proposta de revisão da Ficha utilizada para a Avaliação dos Programas de Pós-Graduação que é conduzida pela CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-fichaavaliacao-pdf>. Acesso em: 8 out. 2021.

CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2019b). **Relatório Final de Atividades**: Proposta de revisão da Ficha utilizada para a Avaliação dos Programas de Pós-Graduação que é conduzida pela CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-impacto-e-relevancia-economica-e-social-pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2020). **Ficha de Avaliação da Área Interdisciplinar – 2020**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/FICHA\\_AVA\\_INTERDISCIPLINAR\\_JUL\\_21.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/FICHA_AVA_INTERDISCIPLINAR_JUL_21.pdf). Acesso em: 8 out. 2021.

CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml>. Acesso em: 4 abr. 2022.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; STAMPA, Inez; SANTANA, Joana Valente. Inserção social nos Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 139, p. 415-426, set./dez. 2020. DOI 10.1590/0101-6628.220. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/RKkJsjwJ9yPRTxL4KJWF56z/?lang=pt&format=pdf>. DOI: 10.1590/0101-6628.220. Acesso em: 10 out. 2021.

ERDMANN, Alacoque Lorenzini; FERNANDES, Josicélia Dumêt; LUNARDI, Valéria Lerch; ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz; RODRIGUES, Rosalina Aparecida Partezani. O alcance da excelência por programas brasileiros de pós-graduação Stricto sensu com doutorado em enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 130-139, 2012. DOI: 10.1590/s0104-07072012000100015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072012000100015>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FELICETTI, Vera Lucia; CABRERA, Alberto F.; MOROSINI, Marilia Costa. Aluno ProUni: impacto na instituição de educação superior e na sociedade. **Rev. iberoam. educ. super**, Ciudad de México, v. 5, n. 13, p. 21-39, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2007-28722014000200002&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-28722014000200002&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 01 abr. 2022.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Inserção Social: em busca de sentidos e de indicadores para a avaliação da pós-graduação na área da Educação. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 111, p. 420-440, abr. 2021. DOI 10.1590/s0104-40362020002802413. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ensaio/v29n111/1809-4465-ensaio-29-111-0420.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. Disponível em: [www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf](http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf). Acesso em: 3 out. 2021.

GHELLER, Maria Gabriela. **Inserção social da pós-graduação brasileira: estudo de caso em um programa de pós-graduação de excelência acadêmica**. 2019. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214385>. Acesso em: 10 fev. 2022.

GHENO, Ediane M. *et al.* Sistema de avaliação da CAPES: indicadores e procedimentos de monitoramento e avaliação de desempenho. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 184-213, set./dez. 2019 DOI <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245253.184-213>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/86490/52976>. Acesso em: 27 out. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. c2021. Área de Concentração do Mestrado em Patrimônio. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pep/pagina/detalhes/305>. Acesso em: 30 set. 2021.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carta ao cidadão. Brasília, DF: IPHAN, 2014.

LIMA, Giovanna de Moura Rocha; WOOD JUNIOR, Thomaz. The social impact of research in business and public administration. **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 4, p. 458-463. DOI 10.1590/S0034-759020140410. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/KYDXZb3ZDhf8MY8RLHZdSVK/?lang=en>. Acesso em: 05 nov. 2021.

MACCARI, Emerson Antonio et al. Proposta de um modelo de gestão de programas de pós-graduação na área de Administração a partir dos sistemas de avaliação do Brasil (CAPES) e dos Estados Unidos (AACSB). **Revista de Administração (São Paulo)**, São Paulo [online], v.49, n. 2, p. 369-383, 2014. doi.org/10.5700/rausp1152. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rausp/a/pNhjLmKDFFBqTMVYksjsxs/?lang=pt>. Acesso em: 9 marc. 2022.

MACCARI, Emerson Antonio. **Contribuições à gestão dos programas de pós-graduação stricto sensu em administração no Brasil com base nos sistemas de avaliação norte-americano e brasileiro**. 2008. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.12.2008.tde-03092008-172119. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-03092008-172119/publico/EmersonMaccari.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

MEC - Ministério de Estado da Educação. **Portaria 389, de 23 de março de 2017**. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/24032017-portaria-no-389-de-23-de-marco-de-2017-pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

MONTESI, Michela; VILLASEÑOR RODRÍGUEZ, Isabel. El impacto social de las instituciones de educación superior: un estudio de caso con la Universidad Complutense de Madrid. **Información, cultura y sociedad**, n. 39, p. 37-60, 30 oct. 2018. DOI 10.34096/ics.i39.4987. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/ics/n39/n39a03.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

PALOMARES-MONTERO, Davinia; GARCÍA-ARACIL, Adela; CASTRO-MARTÍNEZ, Elena. Evaluación de las instituciones de educación superior: revisión bibliográfica de sistema de indicadores. **Revista Española de Documentación Científica**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 205–229, 2008. DOI: 10.3989/redc.2008.v31.i2.425. Disponível em: <https://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/view/425>. Acesso em: 06 nov. 2021.

PINTO, Marcelo de Rezende. Como fica a pós-graduação em administração no Brasil com o novo modelo de avaliação da CAPES?. **International Journal of Business Marketing**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 64-67, set. 2020. Disponível em: <http://www.ijbmkt.org/index.php/ijbmkt/article/view/179>>. Acesso em: 09 mar. 2022.

RIBEIRO, Renato Janine. **Inserção social**. 2007. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Artigo\\_23\\_08\\_07.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Artigo_23_08_07.pdf). Acesso em: 09 mar. 2022.

SANTOS JUNIOR, Ailton Bispo dos. **Avaliação de um mestrado profissional em nível de impacto social**. 2019. 142 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36740>. Acesso em: 10 out. 2021.

SANTOS, Gustavo Ferreira. Gestão e avaliação da pós-graduação: dilemas e perspectivas. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, [S. l.], v. 116, n. 1, p. 419-427, 2021. DOI: 10.11606/issn.2318-8235.v116p419-427. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/192246>. Acesso em: 01 abr. 2022.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; TREVISOL, Márcio Giusti; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. Da institucionalização do Sistema de Pós-graduação ao Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020): desafios e perspectivas. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 21, n. 71, 2021. DOI: 10.7213/1981-416X.21.071.AO07. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/28229>. Acesso em: 3 mar. 2022.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira; NOZABIELLI, Sônia Regina; RODRIGUES, Terezinha de Fátima. Inserção social como função política da universidade: resistências e perspectivas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 139, p. 427-439, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282020000300427&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282020000300427&lang=pt). Acesso em: 9 mar. 2022.



SMANIO, Gianpaolo Poggio; RAMOS, Tais. Perspectivas do novo sistema de avaliação da pós-graduação e os desafios da área do Direito. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, [S. l.], v. 116, n. 1, p. 409-418, 2021. DOI: 10.11606/issn.2318-8235.v116p409-418. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/192245>. Acesso em: 19 mar. 2022.

TANAKA, Letícia Martins. **Impacto social de programas de pós-graduação no Brasil com interfaces na área de sustentabilidade urbana**. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pesquisa/projetos-institucionais/usp-cidades-globais/artigos-digitais/impacto-social-de-programas-de-pos-graduacao-no-brasil-com-interfaces-na-area-de-sustentabilidade-urbana-1>. Acesso em: 22 out. 2021.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. **Avaliação da pós-graduação brasileira: análise dos quesitos utilizados pela Capes e das críticas da comunidade acadêmica**. 2015. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.27.2015.tde-29062015-150747. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-29062015-150747/publico/MICHELYJABALAMAMEDEVOGELVC.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

WOOD JUNIOR, T. *et al.* Impacto social: estudo sobre programas brasileiros selecionados de pós-graduação em administração de empresas. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 21-40, jan./fev. 2016. DOI 10.1590/1982-7849rac20161842. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/958PRNDFbB7xYNKdRWhqwpN/?lang=pt&format=pdf>. . Acesso em: 9 out. 2021.

## **ANEXO A: Dados referentes ao item 3.2 submetidos à Capes pelo PEP**

### **Proposta de Programa**

**Ano:** 2020

**Instituição de Ensino Superior:** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**Programa:** Preservação do Patrimônio Cultural (31076017001P9)

**Quesito:** Impacto na sociedade

### **3.2 Impacto econômico, social e cultural do programa.**

Para além do impacto dos cinco produtos destacados no Anexo 10 - Ações de ensino, pesquisa e extensão destacadas pelo Programa, cabe destacar nesse campo relevância e impactos do Programa para a formação profissional; para a visibilidade e ressonância nas políticas públicas de patrimônio; e para a produção de conhecimento com vistas ao aperfeiçoamento das práticas de preservação, com destaque para:

#### **IMPACTOS CULTURAIS E PROFISSIONAIS - FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

O Mestrado Profissional do IPHAN vem se consolidando como referência no campo do patrimônio cultural em nível de pós-graduação, inclusive colaborando com criação de de Programas de Pós-Graduação do Brasil em diferentes instituições, como Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Nota-se ainda a participação eventual de docentes e discentes do Mestrado Profissional como professores ou conferencista convidado em curso de pós-graduação e graduação de outras Instituições nacionais. São exemplos disso a aula oferecida disciplina eletiva Patrimônio Mundial e Turismo do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade – Univille, pelos professores Luana Cristina da Silva Campos e André Bazzanella, com o tema “Desafios na perspectiva do IPHAN”; a participação da professora Lia Motta na Mesa Redonda “As políticas de preservação patrimonial e seus desafios atuais” das Jornadas Virtuais do Patrimônio Cultural - Saberes Históricos, promovidas pelas Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Viçosa (UFV), assim como na aula de abertura do Curso Tecnologias do Restauo no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da UFMG; a apresentação da professora Alejandra Saladino em live promovida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGAP/UFRB) sobre Políticas Brasileiras para o Patrimônio Arqueológico, e o curso oferecido na modalidade remota pelo egresso Adonias Antonio Galvao Neto na Pós-Graduação Patrimônio e Cidade/Faculdade Faeme-FacapTeresina/ PI, sobre o tema “CIDADE: HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL”

Apesar de o IPHAN não ter cursos de graduação, ações desenvolvidas no âmbito do Mestrado Profissional apresentam relevantes impactos sobre a formação profissional em nível de graduação, destacando-se:

- A inserção de estagiários nas atividades de pesquisa desenvolvidas na sede do Mestrado, em que estagiários de história e de arquitetura contam com acompanhamento e supervisão de professores do Programa - como exemplos, destacam-se os projetos “Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural”, “Patrimônio em Prática”, “Memória Oral da Preservação do Patrimônio cultural II”, “Valorização de Bens Arquitetônicos, Urbanísticos e Paisagísticos como Referência Cultural”, “Preservação e desenvolvimento nas políticas de patrimônio cultural no Brasil (de 1937 aos dias atuais)”, coordenados por professores do corpo docente.
- Entre os membros dos corpos docentes permanente e colaborador, o Mestrado do IPHAN reúne professores que ministram aulas em cursos de universidades, a saber: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Estadual de Goiás (UEG). A experiência desses docentes contribui para a difusão da produção do Mestrado nos respectivos cursos e para a promoção do Programa entre os alunos graduados.
- O projeto de extensão coordenado pelo professor Marcelo Sotratti, “Cultura: Turismo e Vivências”, aberto em janeiro de 2018 e com previsão de duração até janeiro de 2022, conta com a participação de alunos da graduação em Turismo, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
- A produção intelectual do corpo docente e discente, por sua vez, é apropriada pelos cursos de graduação, seja por meio dos livros publicados pelo IPHAN, seja ainda pela elaboração, pelo corpo docente, em parcerias com faculdades e universidades, de material didático e instrucional para cursos de graduação presencial ou à distância. Na produção intelectual técnica de 2020, entre docentes e discente, nota-se um destaque para a produção de material didático e instrucional, na forma de produção de conteúdo, vídeos, podcasts, bancos de questões, o que se explica pela adoção excepcional da modalidade Ensino Remoto Emergencial pelas instituições públicas e privadas de ensino durante a pandemia no novo coronavírus (COVID-19) e pela consequente necessidade de oferecer atividades assíncronas aos alunos. Entre os docentes, sublinha-se a produção de 28 vídeos sobre História da Arte disponibilizados pelo Professor Marcus Tadeu Daniel Ribeiro em seu canal no YouTube; assim como a produção de conteúdo e disciplina digital com a temática Patrimônio Cultural para os cursos de graduação da Universidade Estácio de Sá pelas professoras do corpo docente: Adriana Sanajotti Nakamuta, Lia Motta, Analucia Thompson,

Luana Campos, servidores técnicos do IPHAN, Rodrigo Ramassote, e ex-aluna do Mestrado, Fernanda Biondo. Cabe destacar que o conteúdo preparado – seis temas diversos – gravação de vídeos e podcasts tiveram o objetivo de inserir a temática de patrimônio cultural em todos os cursos de graduação nas condições de “disciplina obrigatória” ou “disciplina eletiva” nas modalidades de cursos: presencial, semipresencial e EAD.

- Há ainda oficinas e atividades de educação patrimonial voltadas para alunos de graduação de universidades, institutos federais e faculdades, organizadas por mestrados para difusão de procedimentos e práticas de identificação, valoração e preservação de bens culturais. Vale destacar, em 2020, o envolvimento de discentes em cursos de Arquitetura e Urbanismo, em nível de graduação, no planejamento de aulas, apresentação de conteúdos e orientação profissional, como indicado na produção técnica das discentes Laura Girade Correa Borges (Centro Universitário IESB – DF), Ruth Dias Fonseca (Unissau de Parnaíba-PI), Stephanie Correa Marques (Faculdade Multivix – Vitória, ES) e da egressa Daniella Christina Acioli do Carmo de Oliveira (UFAL - campus Arapiraca).
- Como consequência da adoção do Ensino Remoto Emergencial pelas instituições de ensino nacionais e estrangeiras, públicas e privadas, houve também maior possibilidade de participação dos docentes em aulas e atividades acadêmicas em nível de graduação, em ambientes virtuais, em cursos e áreas diversos, conforme indicado na produção técnica dos docentes deste Programa. Assim, vale mencionar a participação da professora Lia Motta em aula no curso de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica, no Rio de Janeiro (PUC-RJ), como o tema Processos de tombamento e atribuição de valores aos bens materiais; a aula ministrada pela professora Claudia Feierabend Baeta Leal na Disciplina História e Patrimônio Mundial do Curso de Museologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), sobre As missões da UNESCO no Brasil; e ainda a participação do professor Hilário Figueiredo Pereira Filho no I Ciclo de Palestras da Licenciatura em História: Fontes e Pesquisa Histórica, promovido pelo Instituto Federal do Sul de Minas - Campus Inconfidentes, com o tema Patrimônio Cultural: trajetória e debate no nosso cotidiano. A professora Joseane Paiva Macedo Brandão participou, juntamente com outros palestrantes brasileiros e moçambicanos, do mini-curso sobre Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro, oferecido durante XXI Semana Acadêmica de História promovida pelo curso de História da UEG – Campus Sudoeste, Sede Quirinópolis, com o tema “A história e cultura afro-brasileira nas suas pluralidades e diversidades”, contribuindo também na Semana do Patrimônio da FANESE (Aracaju/SE) - Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe sobre “O reconhecimento do saber fazer Renda Irlandesa como patrimônio imaterial de Sergipe”. A professora Alejandra Saladino, por sua vez, ministrou

o VII Curso Internacional de Verão “MUSEOS, TURISMO Y PATRIMONIO”, oferecido pela Universidad Autónoma de Colombia e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) oferecidos a alunos da Universidad Autónoma de Colombia e estudantes de Museologia da UNIRIO. A egressa Mariana Kimie da Silva Nito foi responsável pelo Curso de extensão universitária oferecido no período de férias de julho/2020 com o tema “Patrimônios possíveis na cidade: educação e Inventários Participativos”, com finalidade de refletir sobre o patrimônio cultural nas cidades com o foco na compreensão de outros significados possíveis a partir da participação social.

## IMPACTOS SOCIAIS - VISIBILIDADE E RESSONÂNCIA SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PATRIMÔNIO

O Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural parte do próprio sentido social da noção de patrimônio e dos processos de patrimonialização de bens culturais. Partindo da premissa de que o patrimônio é um fato social, constituído a partir da atribuição de valores sociais a bens culturais e da mobilização de setores da sociedade com vistas ao seu reconhecimento e preservação, como estabelecido inclusive na Constituição de 1988, as atividades do Mestrado estão sempre ética e legalmente imbuídas do objetivo de valorizar a diversidade cultural dos grupos formadores da sociedade e seu papel na identificação, valoração, preservação e produção de conhecimento sobre os bens culturais.

Nesse sentido, quanto ao impacto do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio para a visibilidade e ressonância social das políticas públicas de patrimônio, deve-se destacar a forma como atinge amplamente todas as regiões do país, devido sobretudo ao papel multiplicador dos alunos desempenhando suas práticas supervisionadas nas diferentes unidades da Instituição, aproveitando-se das dinâmicas locais próprias das práticas de preservação cultural. A abrangência territorial do Mestrado, tanto nas vagas que oferece como na colocação de seus egressos, pode ser observada no Anexo 12 – Mapa e quadros vagas – Turmas 2017-2020 e Anexo 14 – Mapa egressos que acompanham este relatório. O Mestrado contribui, dessa forma, para a ampliação do conhecimento sobre os bens, sobre as políticas de valorização e o acesso a esses bens, reforçando a importância da cultura nas dinâmicas sociais locais, regionais e nacionais. O exercício dessas práticas garante a participação dos alunos nos diálogos estabelecidos pelo IPHAN com as comunidades e instituições locais em torno da identificação, reconhecimento e salvaguarda do patrimônio.

As práticas supervisionadas dos alunos realizadas nas Unidades do Iphan em todo o Brasil são oportunidades importantes para a integração dos alunos com a sociedade e organizações públicas e privadas, possibilitando a construção de produtos técnicos com grande impacto social, cultural, tecnológico, artístico e profissional.

Podemos destacar os seguintes aspectos do Programa que contribuíram fortemente para produzir resultados relevantes em várias dimensões de impacto nos níveis local, regional e nacional:

- Atuação docente e discente em projetos relacionados às Casas do Patrimônio, ação institucional de estímulo à participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais, que veio a se tornar objeto de estudo em dissertações e na produção intelectual do Projeto de Pesquisa Educação e Patrimônio Cultural;
- As visitas técnicas, que visam à inserção social dos alunos no universo das políticas públicas de cultura, realizadas como parte das atividades de ensino do curso com que têm o objetivo de compartilhar conhecimentos sobre os bens culturais e seus processos de patrimonialização. Essas atividades abrangem os alunos do Mestrado, bem como os detentores, produtores e usuários dos bens culturais, servidores do IPHAN e de outros organismos nacionais e internacionais de preservação. Excepcionalmente, as visitas técnicas só puderam ocorrer entre 2017 e 2019, não sendo possível realizar visitas técnicas em 2020, devido à pandemia e as medidas de prevenção à disseminação do novo coronavírus (COVID-19).
- Projeto de Extensão “Patrimônio Cultural e Direitos Coletivos: valorizando saberes e práticas medicinais tradicionais - segunda fase”, que acompanhou a realização de um Termo de Colaboração entre Iphan e a Rede Fitovida, tendo como um de seus resultados a construção coletiva do MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS DA REDE FITOVIDA resultado de mais de 2 anos de articulações, discussões e encontros entre técnicos de diferentes unidades do Iphan, docentes e alunos do mestrado, detentores da Rede Fitovida. A construção do referido manual teve como objetivo subsidiar o desenvolvimento de metodologias para a realização de inventários culturais de saberes tradicionais associados à biodiversidade, visto que o marco legal de acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados - CTA (Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015) coloca o CTA como integrante do patrimônio cultural brasileiro. O produto foi construído em coautoria com detentores da Rede Fitovida, fruto da experiência de auto identificação dos bens culturais da Rede (acompanhada pela primeira fase do referido projeto de extensão), e se mostrou pioneiro na formação e no protagonismo de pesquisadores detentores (ou pesquisadores populares, como a Rede denominou esses agentes), formulando diversas bases para os auto-inventários de referências culturais. Uma equipe de 21 detentores participou do Termo de Colaboração e foram realizadas pela Rede 25 oficinas de transmissão de conhecimentos em 18 instituições sociais, culturais e/ou escolares atingindo um público de aproximadamente 675 pessoas, principalmente jovens.

- No âmbito do projeto “Patrimônio Cultural e Expressões da Religiosidade”, destaca-se seu objetivo principal do projeto, a saber, discutir ações de preservação de bens culturais, de natureza material e imaterial, identificados e reconhecidos como expressões de religiosidade; durante o período de 2016 e 2020, os produtos decorrentes buscaram atendê-lo. Quantitativamente, o projeto teve como o resultado quatro dissertações de mestrado defendidas com temáticas relacionadas às religiosidades de matriz africana, católica popular e patrimônio jesuíta, bem como um livro e um capítulo de livro publicados pela coordenadora do projeto. Tais publicações abordaram a expansão portuguesa para o norte da África, os conflitos religiosos decorrentes e as transformações das cidades. Além disso, diversos produtos técnicos (organização e participação em eventos, organização de acervos documentais, relatórios, termos de referência, visita técnica) foram produzidos por docentes e discentes no período e versaram acerca de diversos aspectos do patrimônio cultural religioso, a saber: tombamento de igrejas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, patrimônio arqueológico, patrimônio jesuíta, religiosidade popular, usos da história nos processos de patrimonialização bem religiosos, dentre outros.
- Referentemente ao projeto Patrimônio Arqueológico, houve três dissertações defendidas nesse âmbito, a saber: “Conservação Arqueológica: reflexões e possibilidades” (2018), “Do passado para o futuro? Políticas de gestão de acervos arqueológicos nas instituições de guarda e pesquisa do estado de Goiás” (2019), e “O Papel das Unidades de Conservação Municipais na Proteção do Patrimônio Arqueológico: Um Estudo de Caso do Monumento Natural Serra do Bom Sucesso, Alcinópolis, MS” (2020). Destacam-se os impactos sociais das atividades propostas pelos alunos, voltadas para a educação patrimonial, revisões instrumentais e extrapolação do conhecimento para a comunidade onde são encontrados bens arqueológicos.
- O projeto CITURa: Turismo e Vivências, que tem como objetivo geral planejar e proporcionar ao público-alvo vivências em espaços públicos ou institucionais onde são desenvolvidas expressões culturais populares que demonstrem a diversidade cultural fluminense. O Projeto CulTURa tem como público-alvo turistas, visitantes e a população da região metropolitana e de todo o estado do Rio de Janeiro. No entanto, devido à pandemia e a impossibilidade de formação de grupos de visita, bem como a suspensão de diversos eventos culturais associados aos objetivos do Projeto, um novo redirecionamento está sendo construído de forma a estreitar as relações com as comunidades e organizações locais por meio de debates e fóruns virtuais. A região piloto que vem sendo estudada pela equipe do Projeto é a região da Grande Madureira, que detém inúmeros espaços e expressões culturais importantes da cidade do Rio de Janeiro como a Feira das Yabás, o Jongo da Serrinha, as Escolas de Samba da Portela e Império Serrano e o Mercado e o Parque de Madureira.

Nesse sentido, o Projeto se dedicará a desenvolver ações de planejamento e envolvimento da comunidade local para o desenvolvimento e ações de promoção e criação de atividades futuras de visitação.

- A atuação da discente Aline Karina de Araújo Dias junto ao Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, como o curso de curta duração intitulado “Memória e patrimônio na perspectiva da Educação Patrimonial” e a campanha “Memória e enraizamento do Instituto dos Pretos Novos” para divulgação nas redes sociais sobre a importância do Instituto.
- As ações desenvolvidas no âmbito do projeto piloto do Sebas Turística – premiado pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal – pela discente Aline Karina de Araujo Dias, como debates, mesas- redondas e mapeamento digital dos equipamentos culturais, por meio de ações formativas, com foco nos atrativos que valorizem a memória e patrimônio cultural das regiões administrativas do DF.
- Sistematização e divulgação online de documentos sobre os bens patrimonializados de Ouro Preto, no âmbito das ações da Secretaria Municipal de Cultural daquela cidade, coordenada pela discente Nizea Andrade Coelho, com vistas à disponibilização de banco de dados para que a população da cidade.

Faz-se importante incluir os alunos da educação básica foco de mobilização e orientação para a preservação do patrimônio cultural, tanto como detentores quanto como valorizadores e disseminadores desse patrimônio. Desse modo, há atividades promovidas pelo corpo docente e/ou discente do Mestrado têm, também, como público alvo alunos da educação básica. É o caso das Casas de Patrimônio das Superintendências Estaduais que receberam alunos do Mestrado, onde há um contato frequente com turmas de estudantes dos ensinos fundamental e médio, de escolas públicas e privadas, que visitam o espaço e participam de oficinas e encontros. No contexto da Candidatura das Fortificações Brasileiras a Patrimônio Mundial, deu-se a oficina promovido pela Iphan e que contou com a participação da discente Maryclea Carmona Maues Neves, da egressa Mariana Kimie da Silva Nito e do professor André Bazzanella, que abordaram o tema “Patrimônio, educação e inventários participativos” voltada a estudantes na região da à Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande (Guarujá) e ao Forte São João (Bertioga).

Jovens também foram os parceiros preferenciais das 25 oficinas de transmissão de conhecimentos, promovidas pela Rede Fitovida, no âmbito do da segunda fase do projeto “Patrimônio cultural e direito coletivos: valorizando saberes e práticas medicinais tradicionais”, em 18 instituições sociais, culturais e/ou escolares. Exemplo interessante é ainda o curso de curta duração ministrado pela discente Giovanna Matos Antonio, sobre “Formação de mediadores de educação



para patrimônio” junto à Universidade Aberta do Nordeste da Fundação Demócrito Rocha.

No que tange a produção de material instrucional ou didático, vale menção à elaboração do álbum de figurinhas do programa municipal de educação e patrimônio: Ouro Preto, meu lugar!, pela discente Nizea Andrade Coelho; assim como a produção de conteúdo e atividades para material didático da editora FTD, publicado em forma de dois capítulos de autoria da egressa Mariana Kimie da Silva Nito sobre Patrimônio Cultural dos Itinerários Formativos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Ensino Médio.

#### IMPACTOS CIENTÍFICO - PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO CAMPO DO PATRIMÔNIO

No que se refere à produção de conhecimento sobre patrimônio, este Programa tem se destacado como referência para o campo, notadamente por sua concentração na área interdisciplinar e sua modalidade “Mestrado Profissional”. Vale, nesse sentido, menção à alta participação em bancas de defesa de PPG profissionais e interdisciplinares dos docentes do Mestrado Profissional, como o programa MEMÓRIA E ACERVOS, da Fundação Casa de Rui Barbosa; o Mestrado Profissional HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ); o programa PRESERVAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); os programas profissionais de ENSINO DE HISTÓRIA, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); os mestrados profissionais e interdisciplinares MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e PATRIMÔNIO CULTURAL, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); os programas profissionalizantes em ARQUITETURA PAISAGÍSTICA e PROJETO E PATRIMÔNIO, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e os mestrados interdisciplinares em CULTURA E TERRITORIALIDADES, da Universidade Federal Fluminense, e em PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Nova Iguaçu) (UFRRJ/NI).

Também é digna de nota a participação de docentes e discentes como pareceristas ad hoc de revistas científicas nacionais e internacionais, publicadas por Programas de Pós-Graduação, a saber: Revista eletrônica Arq.Urb do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade São Judas Tadeu; Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG; revista eletrônica Patrimônio e Memória, do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Cedap) – UNESP; Revista Cantareira, do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense; revista Confluências Culturais, da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE; Revista Diálogo, do Departamento de História e do Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá

(UEM); Revista Heritage & Society, do Reino Unido; e Revista Patryter, do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB).

A participação da professora Alejandra Saladino na Comissão Científica da Conferência Internacional “Educação Patrimonial em ação: tecendo relações entre museus, escolas e territórios”, organizada pela Universidade do Porto, em Portugal; assim como no Comitê Científico do livro “Veredas Patrimoniais: escritos em arqueologia e patrimônio cultural” também apontam para a proeminência dos profissionais que compõem este programa.

Vale ainda ressaltar, em 2020, a publicação por docentes do programa de cinco artigos em periódicos qualificados como A1 e A2, conforme foi detalhado no Anexo 15 – Produção Intelectual Quadriênio, o que demonstra o claro aprimoramento da produção intelectual deste Mestrado Profissional.

No que se refere aos impactos dos projetos em andamento no Programa, cabe destacar:

- O Projeto de Extensão “Biblioteca Básica da Preservação”, que se constituiu como um projeto voltado a oferecer ao curso do mestrado um acervo bibliográfico de referência e atualizado na área de patrimônio cultural. Dessa forma, seu objetivo é possibilitar um maior embasamento conceitual e metodológico para os alunos do mestrado e para os técnicos da instituição. Esse acervo, ao se tornar disponível para consulta pública nas diversas unidades do IPHAN em todo território federal, promovendo ainda uma interface com o público externo à Instituição, caracterizando-se como uma ação de extensão nas diversas regiões do país. A pesquisa que subsidia a escolha dos títulos foi criteriosa, atendendo aos critérios de diversidade multidisciplinar e temática no campo do patrimônio cultural e afins. Todo o processo de seleção de títulos foi compartilhado, desde a consulta ao corpo de funcionários, mediante e-mail enviado a todos da Instituição, até a definição final dos títulos, o qual contou com a participação de todo o corpo docente do Mestrado Profissional do IPHAN. No ano de 2018 foram adquiridos 9 títulos bibliográficos, os quais foram distribuídos em 60 conjuntos iguais para a rede IPHAN (27 Superintendências, 35 Escritórios Técnicos, 2 Biblioteca Noronha Santos, 1 Biblioteca Aloísio Magalhães, 2 Coordenações do CLC e 1 Casa do Patrimônio). Porém, no final de 2019, o Projeto foi transferido para outra unidade do IPHAN, o Centro de Documentação do Patrimônio - CDP, perdendo sua relação direta com o programa de Mestrado. Dessa forma, como legado, ficaram disponíveis para as diversas unidades do IPHAN um amplo acervo bibliográfico, constituído pelos diversos títulos distribuídos ao longo do tempo de duração do projeto.
- O projeto “História da Arte e Patrimônio: migrações”, em andamento e com previsão de encerramento no 2º semestre de 2022, que se enquadra nos propósitos do Programa de investigar, por meio da documentação arquivística e textual, a participação de estrangeiros na definição e implementação de

práticas de preservação no Brasil e na constituição de uma história da arte brasileira, tais como Hanna Levy, Germain Bazin, Robert Smith e John Bury. Associado a esse projeto constam produções como artigos e capítulos de livros, curadoria de exposições, produções técnicas e orientações de pesquisa no âmbito do mestrado em andamento no presente momento. Destaca-se ainda a produção de conteúdo e disciplina digital com a temática Patrimônio Cultural para os cursos de graduação da Universidade Estácio de Sá por professores do corpo docente, técnicos do IPHAN e egressa do Mestrado, cujo o conteúdo preparado – 6 temas diversos – para gravação de vídeos e podcasts tiveram o objetivo de inserir a temática de patrimônio cultural em todos os cursos de graduação nas condições de “disciplina obrigatória” ou “disciplina eletiva” nas modalidades de cursos: presencial, semipresencial e EAD.

- O projeto Conceitos e imagens sobre Arqueologia e Patrimônio Arqueológico: um estudo sobre estratégias de socialização e preservação, que é também vinculado ao Departamento de Estudos e Processos Museológicos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), voltado a identificar e refletir sobre estratégias de socialização e preservação do conhecimento e do patrimônio arqueológico, observadas em contextos específicos, as instituições museológicas e meios de comunicação, como os memes. Seus possíveis impactos educacionais e culturais relacionam-se às análises decorrentes dos estudos de percepção social acerca das atividades museais observadas. O projeto permitiu intercâmbios com pesquisadores de outras áreas, o que resultou na organização de um dossiê na Revista Arqueologia Pública (2019) e de um dossiê a ser publicado nos Cadernos CEOM (2021). O projeto continuará ao longo do ano de 2021.
- O projeto Fortificações Brasileiras II, que trata de tema afeito à preservação do patrimônio cultural, havendo 86 fortificações protegidas no território nacional. Foram defendidas três dissertações com relação direta ao tema, havendo um impacto positivo sobre o patrimônio, gerado por projetos de intervenção nos bens tombados, que afetaram não somente as construções, como as comunidades a seu redor, gerando empregos e renda. Foram feitos intercâmbios com diversas organizações públicas, dos diferentes níveis, bem como organismos da sociedade civil, o trabalho resultando na elaboração, fora do Mestrado Profissional, de diversos projetos de restauração dos bens. Também foram publicados um livro, nove artigos e feitas quatorze apresentações sobre o tema e estabelecidos convênios com instituições de pesquisa (CEPHIMEx e IGHMB).

No âmbito desse projeto Fortificações Brasileiras II e da iniciativa do Iphan de propor a candidatura desses bens a a Patrimônio Mundial, deram-se várias ações em 2020, voltadas a moradores do entorno das fortificações e gestores dos bens, dos quais se destacam aqui a OFICINA DE ZELADORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO FORTE DE SÃO JOÃO DA BERTIOGA, com participação da

egressa Simone Campos Pires. Promovida pela Prefeitura de Bertioga e contanto com o apoio do Iphan, a Oficina voltou-se para a capacitação das equipes para os serviços de conservação e manutenção preventiva dos elementos construtivos do bem, com base no fortalecimento dos laços afetivos entre os gestores locais e o Forte, sensibilizando-os para a importância da sua preservação e das técnicas construtivas tradicionais, e capacitação das equipes para os serviços de conservação e manutenção preventiva. Nesse mesmo contexto, deu-se a elaboração do Manual de conservação do Forte de São João da Bertioga, manual elaborado pelo Estúdio Sarasá Conservação e Restauração, com a participação da egressa Simone Campos Pires, como contribuição voluntária ao IPHAN-SP, para compor o dossiê de candidatura das Fortificações Brasileiras a Patrimônio Mundial.

- A segunda fase do Projeto Memória Oral da Preservação do Patrimônio, que foi encerrada em dezembro de 2020. O foco principal centrou-se na finalização dos conteúdos de duas publicações: “Entrevista com Dora Alcântara” e “Entrevista com Glauco Campello”, ambas em consonância com os três livros já editados pela “Série Memórias do Patrimônio” do Iphan. Cada publicação conta com um artigo de abertura, que aborda a trajetória biográfica do entrevistado, seguida da ficha técnica e transcrição da entrevista, além dos verbetes que foram produzidos a partir de palavras selecionadas da interação dinâmica entre entrevistado e entrevistadores. O Projeto valoriza a perspectiva de produção coletiva do conhecimento, tanto na citada relação entrevistador- entrevistado, como no estabelecimento de uma equipe que agrega professores, alunos e participantes externos do Programa, todos responsáveis pelo processo de tratamento das entrevistas, pela pesquisa contínua em torno da metodologia da história oral, além da produção de verbetes referenciais para as publicações. É recorrente, entre as dissertações defendidas, a utilização da entrevista como forma de se se produzir fontes orais para as pesquisas desenvolvidas no Mestrado. Atualmente, a mestranda Maria de Fátima Oliveira de Araújo faz uso sistemático da metodologia de história oral na pesquisa em torno dos artífices enquanto agentes fundamentais na preservação do patrimônio em São Miguel das Missões/RS.